

BÁRBARA GIOVANNA BASTOS DOS SANTOS

**TRABALHO, ÓCIO E TEMPO LIVRE: UMA ANÁLISE SOBRE O HISTÓRICO DO
SISTEMA CAPITALISTA E SUA INFLUÊNCIA DIRETA NOS HÁBITOS DE LAZER
E TEMPO LIVRE NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Martins Filho.

TERESINA/PI

2025

S237t Santos, Barbara Giovanna Bastos dos.

Trabalho, ócio e tempo livre: uma análise sobre o histórico do sistema capitalista e sua influência direta nos hábitos de lazer e tempo livre nas sociedades contemporâneas / Barbara Giovanna Bastos dos Santos. - 2025.

76f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Bacharelado em Turismo, Teresina-PI, 2025.

"Orientador: Prof. Dr. Jorge Martins Filho".

1. Capitalismo. 2. Trabalho. 3. Ócio. 4. Lazer. 5. Tempo Livre.
I. Filho, Jorge Martins . II. Título.

CDD 338

BÁRBARA GIOVANNA BASTOS DOS SANTOS

TRABALHO, ÓCIO E TEMPO LIVRE: UMA ANÁLISE SOBRE O HISTÓRICO DO SISTEMA CAPITALISTA E SUA INFLUÊNCIA DIRETA NOS HÁBITOS DE LAZER E TEMPO LIVRE NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Martins Filho.

Orientador (a): Dr. Jorge Martins Filho

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Jorge Martins Filho
Doutor em Geografia pela UFPE
(PRESIDENTE)

Gracimar Sousa Tavares Carvalho
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI
(PRIMEIRA EXAMINADORA)

Elaine Gomes Borges
Mestre em Turismo pela Universidade de Brasília
(SEGUNDA EXAMINADORA)

Dedico este trabalho aos amigos e pessoas queridas que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada oferecendo apoio e motivação nos momentos em que acreditei fortemente que não seria capaz. Também a todos os companheiros que acreditam na luta de classes, que persistem na construção de um mundo mais justo e igualitário, sonhando com a possibilidade de um futuro sem as amarras do capitalismo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, acredito que o agradecimento principal deve ser direcionado a mim mesma, por tirar forças de onde sequer sabia que tinha, para dar prosseguimento a este trabalho e tentar mais uma vez, mesmo com todas as dificuldades, me sentindo impotente e desqualificada para tanto. Esse ciclo que se finda ajudará sempre a lembrar da minha capacidade para me adaptar e concluir o que me proponho a fazer, mesmo que tardiamente e não sendo sempre da maneira planejada.

Aos meus colegas de classe, agradeço a ajuda de todos sempre que solicitada, e principalmente ao companheiro Gabriel Liarte, a parte mais racional da nossa dupla. Sem sua ajuda, tenho certeza que a caminhada teria sido muito mais difícil de suportar, pois chegar até aqui jamais seria possível sem você.

Aos professores, os meus mais sinceros agradecimentos por cada aprendizado, pela paciência e pelas dicas, e em especial à professora Gracimar Tavares, responsável por me inspirar a explorar áreas no turismo que jamais imaginei me apaixonar. Sua expertise e paixão pelo ensino ajudaram a ampliar visões e enxergar oportunidades imperdíveis, por isso, sou grata pela chance de poder aprender com alguém que somou tanto ao longo da graduação.

Ao professor Dr. Jorge Martins, por todo o auxílio prestado, os *insights*, e principalmente pela confiança passada a mim, me fazendo ter a certeza de que apesar da insegurança inicial em relação à escrita da pesquisa e ao potencial do trabalho como um todo, seria sim capaz de finalizá-lo com maestria, pois estava no caminho certo.

À minha amiga, Clara Rosa, presente nos momentos de desespero e frustração, prestando apoio, amparo e ajudando a deixar as coisas sempre mais leves, dando puxões de orelha quando necessário e auxiliando a enxergar o cenário real e buscar ter fé, mesmo que tudo pareça sem solução.

Por fim, à minha família, em especial os meus pais, Maria do Perpétuo Socorro Bastos Sousa e Elisdean Pereira dos Santos, que sempre investiram em mim e na minha educação da maneira que podiam, e apesar das dificuldades e do medo de não me encontrar na área que escolhi seguir, me apoiaram acima de tudo e não deixaram

jamais que eu desistisse desse sonho. Essa conquista é mérito de vocês também, nós conseguimos!

A todos, o meu muito obrigado! Essa jornada se finda graças a cada um de vocês.

“Uma ideia torna-se uma força material quando ganha as massas organizadas”.

- Karl Marx.

RESUMO

Através da alienação, o capitalismo faz o homem perder sua individualidade, sendo reduzido a apenas números para a indústria, tudo em prol do lucro, reduzindo drasticamente o tempo para descanso. Baseado nisso, o trabalho propõe-se a analisar como tal sistema influenciou a transformação dos hábitos de lazer e tempo livre ao longo do tempo, e de que forma impacta o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas nas sociedades contemporâneas. O objetivo principal é investigar o histórico e influência do capitalismo nos hábitos de lazer e tempo livre nas sociedades contemporâneas. Já os objetivos específicos visam compreender suas implicações para o bem-estar e a qualidade de vida; avaliar como consumismo é promovido como parte do tempo livre; examinar a cultura de trabalho excessivo. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, seguido da organização e análise das informações para conclusão das hipóteses. O trabalho expõe não só a necessidade da redução nas jornadas de trabalho, mas também a necessidade de transformação nos hábitos de lazer e tempo livre.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho. Ócio. Lazer. Tempo Livre. Bem-estar.

ABSTRACT

Through alienation, the capitalist system reduces the human being to a mere number within the industrial logic, prioritizing profit over well-being and drastically diminishing time for rest. Based on this context, this study aims to analyze how capitalism has influenced the transformation of leisure and free time habits over time, as well as the impact of these changes on well-being and quality of life in contemporary societies. The main objective is to investigate the historical development and effects of capitalism on leisure and free time. The specific objectives include: understanding the implications of these changes for well-being; evaluating how consumerism is promoted as part of the experience of free time; and examining the culture of overwork. The methodology involved bibliographic and documentary research, followed by the organization and critical analysis of the information to test the proposed hypotheses. The study highlights not only the need to reduce working hours but also the urgency of rethinking leisure habits and the use of free time in today's world.

Keywords: Capitalism. Work. Idleness. Leisure. Free time. Well-being.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS

01 – Ilustração sobre a mais-valia, conceito atribuído ao filósofo Karl Marx	53
02 – Os papéis de consumidor e empresário na Obsolescência Programada.....	54
03 – Print da matéria "Escala de 10x1 é denunciada por trabalhadores da rede de supermercados Zaffari no Rio Grande do Sul".....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEST – Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourism

ONU – Organização das Nações Unidas

IUOTO – União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O SURGIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA ALINHADO AO CAPITALISMO	15
2.1 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	25
2.2 A ATIVIDADE CAPITALISTA E O TURISMO	33
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	39
4 LAZER E TEMPO LIVRE: COMO SE RELACIONAM NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS	42
5 A EVOLUÇÃO DAS CONEXÕES ENTRE TRABALHO E LAZER: COMO SÃO IMPACTADAS AS PRÁTICAS DE ÓCIO E TEMPO LIVRE CONTEMPORÂNEAMENTE	51
5.1 ANÁLISE GERAL E SÍNTESE DAS CONSTATAÇÕES	54
5.2 PONDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO, TEMPO LIVRE E AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES DAS ESCALAS DE TRABALHO	63
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

O problema da influência do capitalismo nos hábitos de lazer, ócio e tempo livre nas sociedades contemporâneas é uma questão muito discutida na literatura acadêmica. Essa interferência ocorre de diversas maneiras, incluindo a comercialização do tempo livre, o consumismo e a criação de uma cultura de trabalho excessivo.

A literatura acadêmica argumenta que o capitalismo tem um impacto significativo nos hábitos de lazer, muitas vezes transformando o tempo livre em uma extensão do mercado. Além disso, autores contemporâneos, como Juliet Schor (1991) e Zygmunt Bauman (2000), exploraram a maneira como o capitalismo promove uma cultura de trabalho excessivo, onde as pessoas sacrificam seu tempo livre em prol da produtividade e do sucesso financeiro, tendo implicação direta na qualidade de vida e a saúde mental das pessoas.

A importância do tema reside na compreensão das complexas interações entre o sistema econômico predominante e o bem-estar das pessoas. Investigar como o capitalismo molda os hábitos de lazer pode oferecer *insights* valiosos para a promoção de estilos de vida mais equilibrados, políticas públicas voltadas para o tempo livre e a busca de soluções para os desafios socioeconômicos contemporâneos.

Portanto, essa análise do impacto do capitalismo nos hábitos de lazer é essencial para o avanço do conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas nas sociedades atuais e apontando caminhos para uma melhor qualidade de vida e bem-estar.

Baseado nisso, a primeira pergunta que deve ser feita é: Como o sistema capitalista influenciou a transformação dos hábitos de lazer e tempo livre ao longo do tempo, e de que forma isso impacta o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas nas sociedades contemporâneas?

Há alguns fatores que podem ser considerados na tentativa de explicar o porquê dessa influência e suas consequências. O primeiro deles seria a mercantilização. Desde seus primórdios, o capitalismo incentiva a mercantilização do tempo livre, transformando-o em uma oportunidade para o consumo, o que leva ao aumento do consumismo e à busca de status social por meio do lazer. Ademais, existe também a forte cultura do trabalho excessivo, o sistema capitalista promove esse

achismo de que se deve trabalhar além do que se recomenda, ocupando-se com horas extras, vendendo férias e assumindo cada vez mais responsabilidades, o que acaba acarretando no sacrifício seu tempo livre em busca de produtividade, tudo isso, claro, em prol de reconhecimento e sucesso profissional e acúmulo de capital, prática que gera impactos negativos na qualidade de vida e no equilíbrio entre trabalho e lazer.

A globalização e os avanços nas tecnologias também têm seu percentual de contribuição na problemática, pois o avanço do capitalismo globalizado e a disseminação de tecnologias digitais têm reconfigurado os hábitos de lazer, levando a uma maior dependência de dispositivos eletrônicos e mídias digitais no tempo livre das pessoas. A desigualdade social também se enquadra nesses fatores, pois, o capitalismo contribui para a desigualdade no acesso ao lazer, uma vez que a capacidade de desfrutar do tempo livre de maneira significativa muitas vezes está relacionada à renda e aos recursos disponíveis.

Diante as determinadas hipóteses, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar e analisar o histórico e influência do sistema capitalista nos hábitos de lazer e tempo livre nas sociedades contemporâneas, e como objetivos específicos: compreender suas implicações para o bem-estar e a qualidade de vida, por meio de uma análise no histórico do desenvolvimento do sistema capitalista e sua relação com a transformação dos hábitos de lazer e ócio ao longo do tempo; avaliar como o consumismo é promovido como parte do tempo livre nas sociedades contemporâneas, com foco na influência do capitalismo; examinar a cultura de trabalho excessivo e como ela afeta a alocação de tempo para atividades de lazer, elencando o papel da desigualdade social na disponibilidade e no acesso a atividades de lazer nas sociedades capitalistas.

A abordagem do estudo se baseia em pesquisas mistas, sendo elas bibliográficas e documentais. O método escolhido foi o qualitativo, sendo a qualitativa utilizada para recolher informações primordiais referentes à temática, a fim de dar embasamentos e respaldo às reflexões e análises abordadas.

As abordagens de pesquisa documental e bibliográfica foram escolhidas para a coleta de dados por seu valor e confiabilidade, assim como a metodologia analítica permitiu que a abordagem se fizesse rigorosa e estruturada para coletar, analisar e interpretar os dados coletados anteriormente, já os qualitativos permitiram uma

exploração aprofundada de fenômenos, conceitos e experiências, possibilitando uma compreensão mais rica e detalhada do objeto de estudo.

Tais dados e informações provenientes de documentos, artigos, livros e revistas foram coletados e analisados. Os dados passaram por uma cuidadosa revisão bibliográfica e síntese, organizados inicialmente pela ordem cronológica dos acontecimentos, e posteriormente alinhados de acordo com sua relevância para a escrita do documento, com destaque nos pontos-chave e identificação de lacunas, com a ajuda das abordagens bibliográficas e documentais, citadas anteriormente.

A estrutura do trabalho está dividida em seis partes, sendo a primeira a introdução e apresentação dos objetivos do presente trabalho. A segunda parte discorre sobre o histórico do sistema capitalista desde antes de seu surgimento até os dias atuais, caracterizando-o e expondo como tal sistema se moldou e se fortaleceu durante todo esse período.

A terceira parte apresenta a correlação entre lazer e tempo livre nas sociedades contemporâneas, elencando principalmente o papel do capitalismo, globalização e desigualdade social como fatores primordiais para os hábitos de lazer dos indivíduos. A quarta parte aborda mais profundamente como as conexões de trabalho evoluíram até impactar as práticas de ócio e tempo livre, buscando uma análise mais aprofundada sobre o que foi constatado e trazendo ponderações e sugestões significativas sobre alterações nas escalas de trabalho.

A quinta parte aponta a metodologia utilizada no trabalho, que se utilizou da pesquisa bibliográfica e documental para melhor organizar e analisar as informações, possibilitando não só abordar o tema de maneira completa, mas também a exploração de meios alternativos para reduzir os impactos negativos da enorme influência do sistema capitalista sobre as sociedades contemporâneas, e por fim, a sexta e última parte dispõe das considerações finais do trabalho e as conclusões obtidas com tal pesquisa.

2 O SURGIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA ALINHADO AO CAPITALISMO

Para introduzi-los ao assunto, deve-se primeiramente traçar uma linha do tempo, trazendo o contexto histórico de como foi se desenvolvendo a atividade turística até o nível que se encontra hoje, bem como alinhar ao contexto do surgimento do sistema econômico conhecido como capitalismo. A partir desse contexto, é possível então criar uma ligação entre ambos para facilitar o entendimento do leitor em relação a como o capitalismo se sobressai na influência direta a respeito dos hábitos de lazer e tempo livre das sociedades.

O deslocamento por parte dos seres humanos tem origem ainda na evolução da espécie *Homo sapiens*, que tinha como característica o bipedismo e cérebros grandes, qualidade distinta que permitiu o desenvolvimento de diversas ferramentas, culturas e linguagens avançadas por parte desta espécie. O deslocamento vem a ser uma característica forte da humanidade que se fez importante para o seu progresso e fortalecimento do domínio do planeta, à medida que a espécie se deslocava inicialmente do leste da África para finalmente habitar aos poucos todas as regiões do planeta.

Anteriormente tais deslocamentos eram motivados principalmente pela migração dos animais, que saíam em busca de habitats favoráveis com melhores condições para reprodução e alimento, e também pelo crescimento de sementes diversas em determinadas épocas do ano, até finalmente começarem a dominar técnicas de cultivo e domesticação de alguns animais, favorecendo assim a fixação nas terras sem mais necessidade de deslocar-se por tais motivos. No entanto, com o passar do tempo e o desenvolvimento das sociedades, algumas delas passam a resgatar o antigo hábito de deslocar-se, dessa vez por motivos um pouco diferentes, mas, ainda sim, importantes para a evolução e perpetuação da espécie.

Como exemplo de civilizações que adquiriram esse hábito, temos duas de bastante destaque no mundo antigo: Grécia e Roma. Na Grécia antiga, bem antes da era cristã, era comum que os moradores viajassem motivados pela necessidade de adquirir cada vez mais conhecimento, visto que era uma sociedade muito concentrada em desvendar mistérios do mundo como a origem e objetivo da vida, discutir filosofia e política, tendo ela sendo vista como o ápice da realidade humana e principal

característica do homem livre, bem como buscavam descobrir como os fenômenos naturais aconteciam e o porquê de tudo.

Além do desejo de conhecimento, a motivação para viajar era esportiva e religiosa também, tendo em vista que os Jogos Olímpicos, que surgiram por volta de 776 a. C., na cidade de Olímpia, estavam associados a rituais religiosos e prestavam homenagens a deuses gregos, como Zeus, por exemplo. As competições aconteciam nos momentos de trégua, pois naquela época eram comuns os conflitos entre as cidades-estados gregas, onde as tréguas eram decretadas dois meses antes dos jogos, que ocorriam de quatro em quatro anos, porém sempre na cidade de Olímpia.

Já em Roma, as motivações costumavam variar bastante, podendo ser com o objetivo de descanso em residências secundárias, para conhecer outras civilizações como Egito e até mesmo a Grécia, por necessidade de gestão do imenso império e até mesmo por motivos de saúde, pois era comum o deslocamento para banhos nas famosas termas, como eram conhecidos os banhos públicos, que não se limitavam somente a banhos, mas também a conjuntos de atividades o que reforçava ser um aspecto social importante em Roma.

Ainda se tratando de Roma, o capitalismo e sua origem estão intimamente ligados ao processo de desintegração do sistema feudal, que foi a forma de organização social que vigorava na conhecida na Idade Média, na Europa Ocidental, durante os séculos V a XV, e surge após a queda do Império Romano, resultado por um vácuo de poder e desintegração da estrutura urbana.

Quando o século V terminou, toda a parte ocidental do Império Romano estava tomada pelos reinos germânicos. Entre estes, os mais importantes eram o dos Vândalos no norte da África, o dos Visigodos na Espanha, os reinos dos Anglos e dos Saxões na Grã-Bretanha, o dos Francos na Gália, sob a chefia de Clóvis e o dos Ostrogodos na Itália. A queda do último imperador, em 476, assinalou o fim do império Romano do Ocidente (Melo, 2021, p. 19).

Com o abandono dos romanos às cidades e a fuga para o campo, houve um intenso processo de ruralização da Europa, e assim surgiram os colonatos, terras onde os romanos trabalhavam para seus donos em troca de abrigo e proteção, por medo de ataques dos saqueadores bárbaros. O feudalismo se caracteriza por ser um sistema de organização política, econômica e social baseado nos vínculos de homem a homem, onde uma classe domina uma massa campesina, lhes “cede” terras para explora, assim, fornecendo-lhes uma maneira de viver e se sustentar. As relações de poder e dependência são muito pessoais, os senhores, com seu poder militar,

controlam a terra e os recursos, sendo responsáveis também pela proteção dos seus vassalos, enquanto os camponeses sustentam toda essa estrutura através do trabalho.

Os feudos, pertencentes aos nobres aristocratas, consistiam em enormes propriedades de terras, cedidas para trabalho desses cidadãos necessitados de abrigo. Por conta de todos os acontecimentos que findaram o Império Romano, como a escassez de escravizados e as invasões germânicas, os senhores feudais se tornavam cada vez mais poderosos e suas terras cada vez mais valorizadas, à medida que as cidades eram rapidamente abandonadas e o campo se tornava lugar de refúgio. Na obra "La Société féodale" de Marc Bloch, publicada em 1931, a estrutura social do feudalismo é analisada, havendo ênfase em como a sociedade estava organizada em torno de tais relações de vassalagem e dependência entre senhores e vassalos. Ele explora como a economia feudal estava ligada à terra, com a produção agrícola desempenhando um papel central na subsistência e na distribuição de poder.

Além disso, Bloch examina as complexas relações de poder entre as diferentes classes sociais, incluindo a nobreza, o clero e os servos, enfatizando como essas relações moldaram a vida e a política durante o período feudal. Nota-se que no sistema feudal, há uma hierarquia. Existe quem dá as ordens (o senhor feudal) e quem as cumpre (os trabalhadores), nesse sistema é possível notar uma sociedade mais uma vez se moldando de maneira estamental, onde o indivíduo nasce, cresce e morre fazendo parte de uma classe, e dificilmente consegue alavancar para um novo "nível", já que esse sistema se fazia muito estático e inerte.

Estas classes se subdividem em três: a nobreza, o clero e os servos. A nobreza seria a classe mais alta, composta pelos senhores feudais, detentores das grandes terras concedidas pelo rei aos aristocratas, que passavam a ter poder absoluto sobre elas, determinando as regras dentro de seu feudo. O clero era a classe que compunha os membros da Igreja Católica, tida como a instituição mais poderosa existente no feudalismo, com fortes poderes e influência na política e grande proprietária de terras também. Já os servos eram indivíduos que se encontravam à margem da sociedade, a classe mais baixa e desassistida, os vassalos – aqueles que prestavam serviços em troca de proteção – trabalhadores dos feudos. Não tinham direito a salário e trocavam sua mão-de-obra por abrigo e alimentação, tendo acesso a uma parte muito pequena, quase nula, daquilo que produziam.

Tudo começa a mudar com o surgimento da burguesia. A ordem dos fatos perpassa pelo nascimento e organização do comércio. Anterior a isso, a produção do feudalismo se caracterizava pela autossuficiência, o comércio não existia pois nos feudos era produzido apenas o que seria consumido por lá. O escambo era a maneira que existia de haver trocas de mercadorias, trocavam-se alguns produtos por outros, pois não havia moeda. A moeda só vem surgir com crescimento populacional e o desenvolvimento das cidades, a fim de facilitar as trocas entre o ofertante e o comprador do produto.

O comércio também começa a se desenvolver e acompanhar esse crescimento, e os deslocamentos passam a ser não só por fortes motivos religiosos, mas também há o aumento dos deslocamentos em função da busca de novos produtos a serem comercializados no Ocidente. As feiras eram os lugares em que se comercializavam os produtos de luxo vindos do Oriente, como especiarias (pimentas, canela etc.), perfumes, tecidos e porcelanas, tão cobiçados pela nobreza europeia. Algumas das mais importantes feiras foram as da região de Champagne, na França. As feiras atraíam pessoas de muitos lugares e culturas diferentes, caracterizando-se como espaços de intercâmbio cultural (de Souza, *et al.*, 2018, p. 23).

A atividade começou a se desenvolver tanto, que fez surgir uma nova classe, a famigerada burguesia, que vem para transformar essa maneira estática que se tinha nas classes existentes, sendo permitida certa liberdade social a aqueles que começaram a se envolver com o comércio. Diferente do que era visto no feudo, o comércio começa a se caracterizar e estruturar-se no trabalho livre e finalmente assalariado.

Assim, nota-se a transição da Idade Média – popularmente conhecida como Idade das Trevas, por ser um período tomado pelas crenças ditadas pela Igreja Católica, anteriormente tida como grande influenciadora dentro das sociedades europeias, que desprezava o pensamento racional, e produções intelectuais, o que dificultava a chegada da modernidade, a criação e expansão de novas tecnologias – para a Idade Moderna, assim iniciando o processo de extinção do feudalismo, perpassando pelo mercantilismo e finalmente o início do capitalismo.

Baseado na afirmativa de que o sistema capitalista é marcado por fases, podemos afirmar que a primeira delas seria a pré-capitalista, ou, fase do capitalismo comercial, que é datada entre os séculos XV a XVIII, neste momento da história, o

feudalismo encontrava-se enfraquecido e dava espaço para o mercantilismo, prática econômica que acabou dominando a Europa durante a transição do feudalismo para o capitalismo, ou início dele.

Com a crise do feudalismo e o capitalismo sendo consolidado, inicia-se a primeira fase do capitalismo nos séculos XIV ao XVII, denominado de capitalismo comercial, período anterior à primeira Revolução Industrial. Em linhas gerais, o sistema de produção era a manufatura em oficinas onde os trabalhadores produziam para um comerciante manufatureiro que pagava um salário e fornecia as ferramentas e a matéria-prima para os trabalhadores. Houve um crescimento das cidades devido ao êxodo rural que se instaurava. (da Silva, 2007, p. 106).

O mercantilismo buscava caracterizar-se pelo controle estatal da economia, no caso, o Rei tinha controle do mercado, havia também muito protecionismo do mercado interno, e começava-se a fortalecer o metalismo – acúmulo de metais preciosos – e existia um notório balanço comercial, com mais produtos sendo exportados do que importados.

Nesse período, países como Portugal começaram a explorar os mares. No século XV as grandes navegações e expansão marítima possibilitaram a “descoberta” de povos, possibilidades de negócios e terras até então desconhecidas e inexploradas pelos europeus, dessa maneira, foi possível o reconhecimento de novas rotas marítimas para chegar à Ásia e a chegada dos europeus ao continente americano, em 1492, navegações essas que só foram viáveis após o acúmulo de conhecimentos náuticos e de novas tecnologias, que vieram surgir para o aprimoramento da navegação.

O que permitiu as grandes viagens marítimas, nesse período, foi o desenvolvimento dos instrumentos de navegação, a criação de embarcações mais resistentes e modernas, os incentivos e investimentos financeiros e também a disposição dos navegadores para viajar. Instrumentos como a ampulheta, a balestilha, o astrolábio, a bússola, o quadrante, etc, há muito tempo conhecidos no oriente, foram, nesse período, bastante divulgados entre os europeus e aperfeiçoados por eles. A criação da caravela pelos portugueses, foi outro importante fator que possibilitou as viagens marítimas, pois ela era uma embarcação forte, que permitia enfrentar correntes e tempestades do alto mar, era veloz e dotada de bom espaço para carregar a tripulação e a carga (de Souza, 2007, p. 1).

Com essas explorações de novos continentes, crescia cada vez mais a crença de que no mundo haviam muitas riquezas disponíveis, que não poderiam ser aumentadas, mas poderiam ser redistribuídas. A justificativa perfeita para os países saírem em busca de cada vez mais riquezas e trocas comerciais em outras nações, principalmente de metais, prezando também pela proteção de sua economia. A consequência disso foi a intensa exploração de outras nações, com a formação de

colônias nos locais onde eram retirados tais recursos para serem levados ao país colonizador.

Vale ressaltar que as grandes navegações trouxeram consigo o aumento do interesse pelas viagens, tornando-se uma forma de complemento na educação dos mais abastados, no caso da elite europeia, que começavam a enviar com frequência seus filhos para os chamados *tours*, que inicialmente aconteciam em cidades europeias com forte patrimônio cultural e histórico, vindo a ser posteriormente chamadas de *Grand tour* as viagens para destinos um pouco mais afastados:

As viagens para terras mais distantes diferenciavam-se das que ocorriam nas imediações das metrópoles europeias e assim passaram a ser denominadas *Grand tour* para se diferenciarem daquelas. O *Grand tour* constituía-se em jornadas que duravam um, dois e até três anos ou mais. Como tinham o objetivo educativo, os jovens eram acompanhados por instrutores, em geral sábios que detinham algum conhecimento dos locais a serem visitados. Esses deslocamentos que ocorreram antes do século XIX, embora tenham muitas das características do que convencionamos hoje denominar turismo, ainda não tinham a importância econômica, social ou cultural do movimento que tem seus marcos iniciais no século XIX, e que estabeleceu os parâmetros da atual atividade turística no mundo (Dias, 2008, p. 12).

O pioneirismo de Portugal pode ser explicado se observarmos os seguintes fatores favoráveis ao país: uma monarquia consolidada com grandes interesses em expansão comercial, bem como uma localização geográfica favorável a eles e com território unificado e grandes investimentos no tocante a busca de conhecimentos náuticos para a exploração de “novos mundos”. O fato é que as expedições marítimas, bem como o mercantilismo contribuíram diretamente para o início do capitalismo comercial, possibilitando os primeiros passos para a formação desse sistema, ao pé que o turismo, mesmo que sem grandes definições ainda do que seria, também dava os primeiros indícios de que viria a ser uma atividade amplamente praticada, mesmo que por uma parcela seleta da sociedade até então.

Os conceitos e definições básicas do turismo vieram surgir aos poucos, sendo no contexto do capitalismo um fenômeno complexo que evoluiu ao longo do tempo, refletindo em mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Tais conceitos, assim como o presente trabalho, são amplamente explorados em ordem cronológica em alguns capítulos do livro “Introdução ao Turismo”, publicado em 2008 por Reinaldo Dias. No livro, abundantemente cheio de referências, o referido autor busca traçar uma interessante linha de definições feitas por teóricos antes, durante e depois das duas Guerras Mundiais, até chegar às definições atuais, que serão abordadas mais adiante.

Dias (2008) cita em seu livro que as palavras “turismo” e “turista” começam a ser utilizadas no início do século XIX, entre os anos de 1810 e 1811, no dicionário inglês *The Shorter Oxford English Dictionary*, trazendo uma pequena definição de ambas as palavras, além disso, alguns indivíduos começaram finalmente a teorizar sobre os termos e propaga-los. Foi o caso de Stendhal, “o responsável pela propagação do termo *turista* ao escrever em 1838 o livro *Memórias de um turista*, no qual descrevia como o turismo influenciava de várias formas as comunidades” (Dias, 2008). O fato é que vários teóricos acabaram tentando definir o turismo entre o século XIX e começo do século XX, mais especificamente até alguns anos antes da primeira e segunda Guerra Mundial, época em que inclusive houve intenso aumento no turismo como matéria de pesquisa nas universidades, com enfoque principal no viés econômico, e destaca-se então o desempenho da escola de Berlim e seus intelectuais.

Entre seus principais expoentes encontram-se nomes importantes do pensamento teórico do turismo mundial, como Glücksmann, Bormann, Schwink, Benschidt. Em 1929, Robert Glücksmann, na revista *Verkehr und Bader*, definia o turismo como “uma superação do espaço por pessoas que afluem a um lugar onde não possuem lugar fixo de residência” (Dias, 2008, p. 13).

O escritor faz questão de citar nomes que foram de fato fundamentais para a conceituação do turismo, no entanto, a fim de trazer objetividade ao assunto, serão abordados nos próximos parágrafos apenas os conceitos mais relevantes, como o de Janeiro do ano de 1937, onde através do Comitê de especialistas em estatística da Liga da Organização, foram definidos critérios para definir se um indivíduo pode ou não ser considerado turista, arquitetados a partir de uma proposta que objetivava promover o estudo do turismo. Dentre esses critérios para considerar um turista havia-se de considerar fatores como a motivação da viagem, podendo ser por prazer, razões familiares e de saúde, por exemplo, bem como motivadas por negócios, esporte, religião, dentre outros. Ainda pelo comitê foi decidido que pessoas com contrato de trabalho ou com emprego a ser exercido no país, bem como estudantes e jovens alojados em escolas ou pensionatos, pessoas que vivem na fronteira e trabalham no país vizinho, viajantes em trânsito sem parada no país ou pessoas que venham a fixar moradia no país não devem ser consideradas como turistas.

Em 1942, os professores Walter Hunziker e Kurt Krapf elaboraram uma definição que foi amplamente aceita e adotada pela Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourism (AIEST), a definição basicamente dizia que “*Turismo é o conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência*

de pessoas fora de seu lugar de domicílio, desde que esses deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa". Nota-se que essa e outras definição trazem o tráfego como elemento principal, que antes de se tornar um movimento de massas, apenas era possível ser realizado pelos indivíduos mais abastados, pois os custos com deslocamento costumavam ser altos, por isso que inicialmente, o turismo se apresentava como parte do tráfego de mercadorias, comunicações e só posteriormente incluíam-se pessoas.

De volta às definições, em 1945, com a extinção da Liga das Nações e sucessão da Organização das Nações Unidas (ONU), a definição de 1937 foi mantida, mas com o acréscimo de uma duração máxima de seis meses, que posteriormente se estendeu para um ano como prazo máximo de permanência. Tornando-se cada vez mais um fenômeno de massa com o passar dos anos e tendo cada vez mais importância no viés econômico, em 1963, em um Congresso sobre Viagens Internacionais e Turismo que objetivava estabelecer definições que facilitassem a parte de organização de estatísticas em diferentes nações, a ONU em conjunto com a União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO), recomendaram a adoção do termo "visitante", bem como definiram turista como "*qualquer pessoa que visita um país que não o seu local normal de residência, por qualquer motivo que não seja decorrente de uma ocupação remunerada dentro do país visitado*" e estabeleceram ainda categorias distintas de visitantes, sendo elas os turistas e os excursionistas.

Turista seria todo o visitante temporário que permanece pelo menos 24 horas no país visitado, com objetivos distintos, e excursionista o indivíduo que permanece menos de 24 horas no local e sem pernoitar. Com a necessidade internacional de integrar as estatísticas do turismo com outras atividades econômicas, a OMT realiza em Nova Déli, em 1983 a sua quinta reunião de Assembleia Geral, dando assim início ao processo que finalmente fixaria diretrizes que harmonizariam de maneira internacional e geral os conceitos e estatísticas do turismo.

O que muda a partir disso? Basicamente, anos após a Assembleia, em Ottawa no Canadá, no ano de 1991, houve uma Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, onde ocorreu a reunião de representantes das administrações públicas nacionais de turismo, bem como empresas do setor e organizações que objetivavam ter estudos de estatística de turismo confiáveis, assim, sendo mais um

marco importante para definições e classificações do turismo, onde a partir da data foram adotadas resoluções para as necessidades estatísticas para análise desse setor, estudos de mercado, bem como comportamento e previsões para o âmbito do turismo.

Por fim, baseado nas resoluções de Ottawa, em 1993 ocorre mais um significativo marco onde a Comissão de estatísticas da ONU aprovou um informe, preparado pela OMT e posteriormente lançado em 1994, que finalmente estabelece claramente os conceitos de turismo, visitante, turista e excursionista, com o documento, nomeado de “*Recomendações sobre estatísticas do turismo*”, é possível avaliar o impacto do turismo tanto em níveis econômicos quanto sociais, facilitando assim seu planejamento e desenvolvimento, permitindo inclusive a minimização de impactos negativos. De acordo com a definição feita pela OMT, o turismo é finalmente descrito como as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, por negócios e outros motivos, não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.

Dessa forma, as sucessivas revisões e atualizações das definições de turismo, ao longo das décadas, não apenas refletem a evolução do fenômeno, mas também a crescente complexidade de suas relações e impactos no contexto global. A consolidação das definições modernas, como a proposta pela OMT, possibilitou uma visão mais abrangente e precisa do turismo, permitindo seu estudo em diversas vertentes, desde a econômica até a sociocultural, e forneceu uma base sólida para a elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentáveis.

Ao longo do desenvolvimento das definições do turismo, observamos que, à medida que o fenômeno foi sendo compreendido e sistematizado, ele também começou a refletir as transformações econômicas e sociais em curso, especialmente aquelas impulsionadas pelas grandes mudanças ocorridas a partir da Revolução Industrial. De fato, o modo de produção capitalista, que se consolidou no final do século XVIII, teve um papel fundamental na criação das condições materiais para o turismo moderno. A industrialização, com a ampliação da produção em larga escala e a democratização dos meios de transporte, possibilitou a mobilidade de massas e o surgimento de um novo público consumidor para o setor.

Este novo cenário econômico e social não apenas redefiniu as relações de trabalho, como também reconfigurou os padrões de consumo e lazer, criando um ambiente propício para a expansão do turismo como atividade de massa. Portanto, compreender o processo de transição para o capitalismo industrial e as mudanças nas relações sociais é essencial para analisar o impacto que essas transformações tiveram no turismo, desde suas práticas até suas implicações culturais e econômicas.

A seguir, exploraremos as profundas transformações ocasionadas pela transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, analisando como essas mudanças estruturais na produção e no trabalho influenciaram diretamente as práticas sociais e, por consequência, o fenômeno turístico, que, como veremos, se tornou um reflexo de uma nova organização social e econômica. Essa transição destaca como a evolução do turismo não pode ser dissociada das mudanças estruturais do capitalismo, preparando o terreno para discutir como as transformações no modo de produção e nas relações de trabalho moldaram a sociedade e o turismo nos séculos seguintes.

2.1 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

“Em meados da segunda metade do século XVIII, começa a acontecer a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, que ocorre frente a revoluções tecnológicas e políticas. Nesse período cresceu a exploração da mão-de-obra operária barata nas fábricas nascentes, com o emprego maciço de mulheres e crianças e um aumento abusivo na jornada de trabalho” (Da Silva, 2007, p. 107). Iniciada em 1760, na Inglaterra, nação pioneira em desenvolvimento industrial e tecnológico, a Revolução Industrial foi um período de intensas mudanças na sociedade, motivadas por invenções inovadoras anos antes, como o desenvolvimento e introdução da máquina a vapor na produção, invenção, aperfeiçoada por Thomas Newcomen e John Calley, e posteriormente James Watt, que possibilitou a transição para um novo modelo de produção, antes manufatureira.

A partir daí, a produção tornou-se industrial, pois, anteriormente, quem tinha o domínio de todas as etapas de fabricação eram os artesãos, que não tinham a possibilidade de confeccionar produtos de maneira rápida e em larga escala por não existirem equipamentos próprios com a finalidade de auxiliar nessa construção. A Revolução marca o momento em que o mercantilismo perde espaço de destaque, após aparecer e dominar por um tempo a Europa durante a transição do feudalismo para o capitalismo que conhecemos hoje, mudando o setor produtivo e as relações de trabalho. Esse período da história é amplamente discutido e de imensa importância para dar base e respaldo a este documento, dada a sua significância para a fundamentação do que entendemos hoje como o “sistema capitalista” e suas diretrizes como conhecemos atualmente, uma ideologia política amplamente difundida no mundo e seguida por grande parte dos países até hoje.

O capitalismo, segundo Karl Marx (1867), é o sistema econômico em que os meios de produção, como fábricas e terras, são propriedade privada e operados visando ao lucro. Ele via o capitalismo como um sistema caracterizado pela exploração da classe trabalhadora, onde os proprietários dos meios de produção (burguesia) lucram às custas da exploração laboral de seus trabalhadores (proletariado). Marx argumentava que o capitalismo gerava desigualdades sociais e alienação, além de prever que, eventualmente, levaria a contradições internas que resultam em sua própria transformação. Seus três pilares são a economia de mercado, propriedade privada dos meios de produção e o acúmulo de capital.

Nesta transição de sistemas, torna-se fácil distinguir quem acabou tornando-se o poderoso capitalista e quem acabou virando a mão de obra operária, basta refrescar a memória com a seguinte ordem dos fatos: Fazia-se cada vez mais necessária a produção industrial, pois a manufatureira não dava conta de acompanhar o crescimento demográfico causado pela expansão das cidades; Havia a urgência e necessidade de que os produtos fossem preparados e distribuídos com mais eficiência e em larga escala; O artesão era o único responsável por todas as etapas de fabricação do produto, o que dificultava que houvesse a realização da criação do produto de maneira rápida e em grandes quantidades, e com o início da fabricação industrial, finalmente foi possível o aumento da escala de produção, e como consequência surge a divisão do trabalho, onde perde-se o controle centralizado dessa produção.

Paralelo a isto, em 1789 se deu início a Revolução Francesa, movimento de caráter político que visava o fim de uma organização política, econômica e social que acontecia na época, onde eram dados certos privilégios a pequenas porções da população e os demais tinham poucos direitos concedidos. Com esta grande quantidade de situações ocorrendo ao mesmo tempo, o comércio crescia e se intensificava cada vez mais, e assim a burguesia passa a ter ainda mais poder nessa nova fase do capitalismo. Durante essa fase, o capitalismo industrial se embasava no liberalismo econômico de Adam Smith – considerado o pai da Economia moderna e crítico fervoroso do mercantilismo, e que em 1776, publicou a obra “Riqueza das Nações”, livro que serviu de base teórica para a expansão do capitalismo industrial, onde defendia a não intervenção do Estado nas atividades econômicas e a autorregulação do mercado.

Corazza (1984) explica que o liberalismo econômico parece, então, decorrer fundamentalmente de um otimismo natural na crença da capacidade e força da acumulação de capital em impor seu curso. O Estado deve deixar a atividade econômica andar por si mesma por duas razões: primeiro, porque a produção da riqueza não necessita da intervenção estatal; e, depois, porque, mesmo que o Estado quisesse auxiliá-la, não teria condições de fazê-lo melhor que os indivíduos. Os defensores do liberalismo buscavam justificar que a lei de oferta e procura e a competição do mercado, eram o caminho para o melhor desenvolvimento da sociedade, mas a que custo aconteceria esse “desenvolvimento”? Quem de fato se

beneficia com tal “liberdade econômica”? Nos séculos em que o capitalismo industrial se desenvolveu, houve um aumento significativo na produtividade, diminuição dos valores das mercadorias e acúmulo de capital.

Vale ressaltar que é inegável que adquirir noções de como controlar a qualidade dos produtos e supervisionar as etapas de produção para evitar erros e retrabalhos contribuiu para isso, entretanto, o fator que mais contribui para que o capitalista consiga deter o máximo de bens possível, é a precarização total do trabalho. As jornadas de trabalho costumavam durar até 16 horas por dia, com apenas 30 minutos de pausa para almoço, mulheres e crianças exerciam as mesmas funções que os homens e recebiam menos, os salários eram baixos e o desemprego crescia cada vez mais.

Na segunda metade do século XIX, começa a se instaurar o que os economistas denominam de tendência monopolistas do capitalismo. O que caracteriza esse processo dinâmico e contraditório do sistema capitalista é a concentração de capital, o que significa dizer que as pequenas e médias empresas cedem lugar às grandes indústrias, devido às necessidades de cada vez mais capital. Levando-as a uma associação cada vez maior com os bancos, caracterizando o que se convencionou de capitalismo financeiro (Silva, 2007, p. 109).

O momento em que surge de fato o capitalismo financeiro é marcado pelo final da Segunda Guerra Mundial, no século XX, que traz consigo intensa concorrência internacional, evoluções tecnológicas e a globalização. Chama-se de capitalismo financeiro pois as grandes empresas passam a vender parte de seu capital na bolsa de valores, assim, a especulação gerou riquezas para estes capitalistas em níveis exorbitantes.

Nesse momento da história, bancos e empresas decidem unir forças a fim de obter maiores lucros. As práticas de monopólio – quando somente uma empresa domina o processo de produção e/ou comercialização de um produto ou serviço, definindo valores fixos e não abrindo espaço para concorrência – se fortalecem após surgirem as chamadas empresas multinacionais e transnacionais, baseados nas leis das instituições financeiras e dos grupos empresariais fortes no mundo, tão fortes que conseguem inibir as ações de instituições criadas justamente com o intuito de extinguir monopólios e promover a concorrência nos mercados.

As produções eram excessivas, havia mais oferta que demanda e o liberalismo estava tão fora de controle que ocasionou a crise de 1929, considerada uma das piores crises econômicas do mundo até hoje, que fez empresas perderem valor e a bolsa de valores quebrar. Apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial, e

em consequência dela, é que se impuseram, desde logo, as nacionalizações e as intervenções do Estado na economia, por razões pragmáticas: “acreditava-se que a reconstrução só poderia ser levada a cabo por uma instância central que controlasse o aforro disponível e decidisse sobre a prioridade dos investimentos”. Segundo Nunes (2011, p. 168). Como exemplo de nacionalização,

[...] a Inglaterra foi talvez o país que foi mais longe neste caminho. As despesas do estado inglês representaram, no exercício de 1942- 1943, cerca de 80% do rendimento nacional. O receio de que, perante as contingências do conflito, não fosse possível amortizar os capitais que investissem – apesar de serem em geral muito lucrativos os negócios e apesar de haver capitais disponíveis –, levava as empresas privadas a não investir em determinados setores. Embora as fábricas privadas já existentes não estivessem a utilizar toda a capacidade instalada, o governo americano foi, assim, obrigado a construir, com fundos públicos, fábricas que depois vieram a ser exploradas por aqueles que tinham recusado construí-las.

A solução foi a intervenção do Estado na economia, com a adoção do sistema chamado Welfare State, ou Estado de bem-estar social, que consistia na intervenção do Estado para prever dignidade aos habitantes da nação, a garantia de serviços públicos e proteção a essa população, baseado no Keynesianismo, que defendia que o Estado deve agir nas políticas econômicas, a fim de garantir emprego pleno e equilíbrio na economia.

Uma definição comum nos manuais é a de que ele envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos (Andersen, 1991). Porém, o modelo perde forças e influência e o ideal de Estado mínimo volta com tudo na década de 1980, com o neoliberalismo, doutrina que prega também a privatização de serviços públicos e cobrança mínima de impostos, alegando que as próprias regras do mercado garantem crescimento econômico e desenvolvimento social.

No Brasil e em diversos países latino-americanos, o neoliberalismo foi implantado no decorrer da década de 1990, alguns anos após o Consenso de Washington, uma recomendação internacional elaborada em 1989, que trazia uma proposta neoliberal para o desenvolvimento dos países, contando com 10 regras que visavam combater crises e misérias dos países.

Entre os pontos sugeridos tinha-se: Disciplina fiscal, recomendando corte de gastos, reorganização de prioridades e redução de custos e funcionários; Redirecionamento da despesa pública, com gastos direcionados para oferta de serviços como saúde, educação e infraestrutura. Reforma tributária, havendo a reformulação do sistema de arrecadação de impostos, a fim de que empresas paguem menos; Liberação de taxa de juros, com aumento de crédito para o consumidor a fim

de estimular a economia. Também se pontua sobre taxa de câmbio competitiva, necessária para que empresas com tecnologia de ponta compitam de maneira internacional; Liberalização do comércio, tendo menos restrições por parte do governo e participação das entidades privadas, bem como liberalização do investimento direto estrangeiro interno.

Nesse ponto visava-se facilitar o relaxamento das regras para possibilitar negócios com empresas do exterior. As privatizações de empresas estatais garantiriam o domínio da iniciativa privada nos setores, e foi a medida mais notável adotada pelo Brasil. Desregulamentação em torno do controle econômico e leis trabalhistas, tentativa de enfraquecer o poder dos sindicatos. E por último, a proteção dos direitos de propriedade, no Brasil já garantido – em teoria – pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o direito à propriedade.

O Consenso de Washington, no entanto, esquece de preocupar-se com as questões ambientais e as necessidades particulares e diversas dos países, precisando de muitas revisões no tocante ao fato de serem iniciativas que salvam a economia e desenvolvimento de um país. Muitos defendem que as diretrizes funcionam, se devidamente seguidas, mas o custo de se manter um país completamente tomado pelo neoliberalismo é bem alto, tópico que será abordado ao longo deste documento.

O Capitalismo Informacional, termo utilizado pela primeira vez por Manuel Castells (1996), no livro “Sociedade em rede”, seria um novo momento do capitalismo financeiro, e se relaciona com as últimas evoluções tecnológicas implementadas, a globalização e avanços tecnológicos, bem como sua principal característica, o rápido e amplo acesso à informação. Novas estruturas sociais são formadas a partir disso, proporcionando mudanças nas práticas culturais e sociais.

Até então, foram citados marcos históricos e movimentos como o feudalismo, mercantilismo, Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial. É chegado o momento de falar sobre a Guerra Fria e a vitória do sistema capitalista. O modelo já adotado em grande parte do mundo, disputava a hegemonia durante anos (1947-1991), após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o comunismo, modelo de sistema econômico que batia de frente com os ideais capitalistas, defendia o fim da propriedade privada, ausência de classes e igualitarismo e uma sociedade mais justa. Os conflitos eram travados pelos Estados Unidos, nação capitalista, e União Soviética,

defensora do comunismo, onde ambos buscavam por apoio de outros países a fim de fortalecer seu posicionamento. Chamava-se “Guerra Fria” pois o combate militar direto nunca aconteceu de fato, entretanto, os países muniram-se de arsenal bélico suficiente para causar destruições em massa pelo mundo todo.

As qualidades militares que os dois lados possuíam eram bem equilibradas, e o país que atacasse primeiro estava ciente que receberia uma resposta à altura, capaz de dizimar toda a população existente no território, por isso, apesar das tensões geopolíticas dos dois lados, que deixaram o resto do mundo de olhos bem abertos, os conflitos acabaram por ser travados com disputas tecnológicas, como a famosa corrida espacial, onde disputaram para ver qual dos países conseguiria “conquistar a órbita terrestre” primeiro. Com o final da Guerra Fria em 1991, o sistema capitalista se consolidou como o mais forte e influente, saindo vitorioso em relação ao sistema comunista e atingindo sua hegemonia, grande parte dos países que estavam do lado da União Soviética começaram a implementar o capitalismo e tornam suas relações de trabalho cada vez mais fortes.

Resgatando mais uma vez o momento da Revolução Industrial, não se deve esquecer do surgimento dos Sindicatos e sua importante contribuição para a aquisição de direitos trabalhistas. Com as mudanças no modo de trabalho, automatização dos processos gerando enorme quantidade de desempregados, alienação e trabalho excessivo, a falta de leis trabalhistas que amparasse os direitos do operário motivou os trabalhadores a se unirem em grupos específicos, nomeados de Sindicatos, inicialmente fundados na Inglaterra, que objetivavam proporcionar melhores condições de trabalho, bem como a diminuição da carga horária de trabalho.

Os sindicatos surgem como uma tentativa de melhoria para a vida laboral do operário, e iam além de buscas por melhorias salariais e condições de vida dignas, pois tinham papel em lutas políticas e ideológicas. Os sindicalistas traziam ideais em defesa do sufrágio universal masculino e inclusão da classe proletária no parlamento. Suas atividades sofreram repressões violentas e foram obrigadas a atuar de forma clandestina até 1824, quando o parlamento inglês aprovou o direito à livre associação, proporcionando o surgimento de sindicatos por todo o país, em todos os ramos industriais. À medida que o capitalismo se espalhou pelo mundo, os sindicatos começaram a surgir nos demais países. A Associação Internacional dos

Trabalhadores vem surgir em 1866, unindo sindicatos e correntes políticas na tentativa de se alcançar a equidade na sociedade.

Em todos os países de velha industrialização, os grupos de trabalhadores que primeiro se organizaram profissionalmente foram aqueles em que os componentes artesanais do trabalho se mantiveram no capitalismo industrial. As primeiras associações operárias foram formadas por ex-artesãos, isto é, por trabalhadores profissionalmente qualificados (marceneiros, pedreiros, pintores, etc.). Não se tratava mais de trabalhadores independentes, mas de assalariados submetidos à disciplina das oficinas e à lei do proprietário. Contudo, nesta fase de expansão do capitalismo as modificações ocorridas afetavam mais a situação social e o status jurídico desses grupos do que o modo e a técnica de organização do trabalho (Rodrigues, 2009, p. 8).

A principal característica da organização sindical é luta econômica, e algumas correntes de pensamento defendem que os sindicalistas devem lutar apenas pelas melhorias de condição de vida, esquecendo o caráter político e anticapitalista, entretanto, há de se lembrar que a luta anticapitalista se atrela completamente a condições melhores de trabalho e vida. Esse debate de ideias e de projetos políticos, adicionado com novas abordagens e perspectivas, permeia o movimento sindical até hoje. Esteve por trás dos posicionamentos de entidades em diversos países em relação às guerras mundiais e revoluções ocorridas no século XX, e se faz presente em diversas perspectivas para enfrentar os movimentos atuais e as chamadas revoluções industriais.

A transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial não apenas remodelou as estruturas de produção e trabalho, mas também trouxe consigo novas dinâmicas de consumo e lazer, que foram decisivas para o desenvolvimento de várias atividades econômicas, incluindo o turismo. À medida que a classe operária e as novas camadas médias começaram a emergir como consumidores potenciais, a busca por lazer e descanso passou a ser organizada de maneira sistemática, em um contexto em que as viagens e o deslocamento das pessoas se tornaram uma mercadoria dentro do próprio sistema capitalista.

Essa transformação é especialmente relevante quando analisamos o turismo não apenas como uma atividade social, mas como uma atividade capitalista em si, com seu próprio ciclo de produção, consumo e geração de valor. Assim, ao entendermos as mudanças estruturais da sociedade capitalista, podemos perceber como o turismo passou a ser integrado a esse sistema, tanto como parte do mercado de consumo, quanto como uma indústria responsável por movimentar grandes recursos financeiros e impactar diferentes setores da economia global. Neste contexto, é fundamental refletir sobre como o turismo se insere nas dinâmicas do

capitalismo contemporâneo, com suas múltiplas facetas comerciais, sociais e culturais, e como ele continua a ser uma das principais atividades que moldam o panorama econômico mundial.

2.2 A ATIVIDADE CAPITALISTA E O TURISMO

Com o passar dos anos, as sociedades contemporâneas têm adotado o trabalho como o pilar principal de suas vidas, isto porque criou-se a ideia de que ele deve ser a preocupação central do ser humano, pensamento que está intimamente ligado ao sistema econômico capitalista. Existem algumas razões principais pelas quais o trabalho excessivo é prevalente nas sociedades capitalistas, uma delas é a pressão econômica.

O capitalismo muitas vezes incentiva a busca do lucro e da produtividade a qualquer custo. Isso tende a levar as empresas a exigirem que seus funcionários trabalhem longas horas para aumentar a produção e os lucros. Para isso se insere discursos como o de metas batidas e promessas de recompensas para os funcionários mais dedicados em atingir tais metas para a organização, que com essa estratégia, conseguem adquirir cada vez mais capital com a força de trabalho de seus empregados.

Houveram personalidades fundamentais para a implantação de várias formas administrativas para empresas, objetivando máxima eficiência, cortes de gastos e lucro máximo. Frederick Taylor foi um dos primeiros a utilizar-se do artifício das metas para forçar seus prestadores de serviço a atingi-las. No artigo “O mundo fabril nas concepções de Taylor, Fayol e Ford”, o autor disserta sobre as seguintes percepções de Taylor:

Para Taylor, as causas dos baixos rendimentos no trabalho eram decorrência da “tendência ou instinto nativo de fazer o menor esforço”, o que pode ser chamada indolência natural. Em segundo lugar, das ideias e raciocínios mais ou menos confusos, provenientes de intercomunicação humana a que cabe a denominação de indolência sistemática”. Embora considerasse grave a indolência natural, apontava a indolência sistemática como causadora de maiores prejuízos, que “decorre das conclusões a que chegaram os operários e da crença que eles nutrem de que agindo assim estão servindo aos seus interesses”, e não aos interesses do patrão. Para superar esse obstáculo sugeriu não apenas uma transformação na organização do processo de trabalho a partir da apropriação, pelo patrão, do “como fazer”, mas também por uma tentativa de provocar mudanças na “atitude mental” e nos hábitos do trabalhador, através de incentivos positivos: promessas de aumento salarial, gratificações, e diminuição de jornada de trabalho. Ou negativos: ameaça de multas e demissão. (De Godoy, 2010, p. 41).

O método de Taylor basicamente envolve completa transformação na atitude mental de todos os homens, com relação ao seu trabalho e aos seus patrões, a reformulação da função de chefia, assim como a adoção de métodos que lhe garantiam maior eficácia no desempenho. Taylor também conseguiu identificar que

grande parte do conhecimento sobre tempo de execução e modo de execução das tarefas estava “detido” nas mãos dos operários, o que contribuía para que o operário não cooperasse como deveria e o controle total do andamento da produção não era de domínio da administração das fábricas. Como destaca Marcuse (1964, p. 102), “a estrutura do trabalho industrial moderno reduz o homem a uma máquina, pois o seu poder criativo é sistematicamente negado em nome da eficiência e da produção”. Essa visão reflete a alienação do trabalhador no modelo capitalista, no qual ele é despojado de sua criatividade e autonomia, sendo transformado em uma mera peça do processo produtivo, sem qualquer reconhecimento de seu valor enquanto sujeito ativo da criação.

Já Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, trouxe a tão famosa abordagem da produção em massa de automóveis, sistema que ficou conhecido como “Fordismo”. Ford introduziu um sistema de metas que se destacava por meio da implementação da linha de montagem, um processo de produção que desmembrava a fabricação de automóveis em etapas sequenciais e repetitivas.

Nesse sistema, os trabalhadores desempenhavam funções específicas em uma linha de montagem em constante movimento, o que resultava em um notável aumento da eficiência e produtividade. Além disso, houve uma ênfase na divisão do trabalho, simplificando as tarefas de fabricação e tornando possível treinar rapidamente trabalhadores não especializados para funções específicas. Para otimizar a produção e eficiência, Ford estabeleceu metas de produção rigorosas que incluíam cronogramas rígidos e a adoção de um sistema de pagamento baseado no cumprimento ou superação das metas de produção por parte dos trabalhadores.

No entanto, apesar dos avanços em relação a produção, os trabalhadores frequentemente enfrentavam condições de trabalho monótonas e exigentes, e a ênfase na produção poderia levar a tensões nas relações trabalhistas. Eventualmente, as pressões sindicais e a busca por direitos trabalhistas mais justos resultaram em mudanças significativas nas práticas de produção e nas condições de trabalho nas fábricas, entretanto, as implicações que os métodos e teorias de Ford, Fayol e Taylor, grandes nomes da administração, reverberam até hoje no que tange a alienação do trabalhador.

A alienação no trabalho na época da Revolução Industrial é um conceito frequentemente associado a Karl Marx. Ele descreve como os trabalhadores daquela

era se sentiam desligados do produto de seu trabalho e da própria atividade laboral. Isso ocorreu justamente devido a fatores como a especialização das tarefas, pois com a mecanização e a produção em massa, os trabalhadores passaram a desempenhar tarefas repetitivas e monótonas, perdendo a conexão com o processo produtivo como um todo. Os meios de produção estavam nas mãos dos proprietários das fábricas, enquanto os trabalhadores tinham pouca influência sobre as decisões e os frutos de seu trabalho, também as jornadas de trabalho longas e condições precárias e a ausência de autonomia – pois operários tinham pouco controle sobre o processo de trabalho e eram frequentemente supervisionados de perto – acabaram levando à falta de liberdade e autodeterminação no trabalho após a percepção de Taylor em relação à necessidade de supervisionar o operário para evitar a indolência sistemática.

Essa alienação do trabalho na Revolução Industrial foi uma das principais motivações por trás do surgimento do movimento operário e de teorias críticas, como as de Marx e Engels, que buscavam analisar e remediar as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores. Portanto, a busca pelo acúmulo de bens e por cumprir o trabalho laboral torna-se tão incessante que esgota o trabalhador, que muitas vezes não percebe o grau de alienação que está inserido na intensa tentativa de mudança e melhoria de vida ou até mesmo ascensão para uma classe social mais alta.

É a partir do trabalho que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas. Nesse sentido, o ser social dotado de consciência tem previamente concebida a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho no ato de sua realização no trabalho que o ser social, ao pensar e refletir, ao externar sua consciência, se humaniza e se diferencia das suas formas anteriores. Nessa perspectiva, pode-se considerar o trabalho como elemento central da sociabilidade humana. Contudo, na sociedade capitalista, esse trabalho se torna assalariado, controlado, fragmentado por tempos e movimentos, condicionando à emancipação humana, muitas vezes à precarização e à alienação (Marx, 1983, apud de Faria, Ramos, 2009, p. 52).

A frase “O trabalho dignifica o homem” é frequentemente associada a ideias que valorizam o papel do trabalho na vida do indivíduo, enfatizando a importância do trabalho como um meio de autorrealização e contribuição para a sociedade. Essa ideia foi historicamente promovida em várias culturas e contextos, e não está exclusivamente ligada ao capitalismo, entretanto, nesse cenário, a ideia pode ser distorcida para justificar longas horas de trabalho e a exploração da força de trabalho em busca de ganhos financeiros. Continuando no mesmo contexto, a frase também pode ser usada para justificar a exploração, como se o trabalho em si fosse uma virtude que compensa as más condições.

Pode-se observar então, que o modelo capitalista induz o trabalhador, muitas vezes de maneira inconsciente, a seguir suas “diretrizes”, onde o homem tende a perder sua individualidade e é reduzido a apenas um número para a indústria, alguém que tem seus talentos e potenciais criativos reduzidos em prol da execução de atividades repetitivas e monótonas, com cargas horárias exaustivas e pouco tempo livre para exercer sua individualidade e praticar o lazer ou até mesmo exercer seu direito ao ócio.

Como afirma Marx (2012, p. 85), "o trabalho do operário não é mais o trabalho do homem, mas o trabalho do capital", evidenciando como o trabalhador se torna uma ferramenta dentro do sistema capitalista, em que a produção é priorizada em detrimento do seu bem-estar e autonomia. Isso reflete como a individualidade do trabalhador é negada em prol da eficiência produtiva, resultando em uma alienação crescente.

Dando enfoque mais uma vez nas mais diversas consequências que trazem o capitalismo, temos, como mencionado anteriormente, a cultura de trabalho, que em muitas sociedades capitalistas, valoriza-se a dedicação extrema ao emprego e a disponibilidade constante. Isso pode levar o trabalhador a optar por trabalhar longas horas numa tentativa de ser bem visto pelos empregadores ou simplesmente tentar manter seus empregos. Também há a insegurança no emprego, que se resume na incerteza em relação ao emprego, como a possibilidade de demissões em massa, podendo induzir os trabalhadores a aceitarem uma carga de trabalho mais pesada, com medo de perderem seus ofícios.

Como explica Sennett (1998, p. 52), "a insegurança no emprego e a busca incessante por status social resultam na perda da capacidade do indivíduo de organizar sua vida fora do trabalho", refletindo como a cultura de trabalho no capitalismo exacerba a alienação e a dependência do trabalho como única forma de identidade e sobrevivência. Essa pressão leva os indivíduos a se dedicarem excessivamente ao trabalho, negligenciando o tempo livre e o direito ao ócio, essenciais para o equilíbrio pessoal.

Também há a problemática da tecnologia moderna, pois com a globalização facilitando o amplo acesso aos smartphones e computadores, tornou-se mais fácil para as pessoas ficarem conectadas ao trabalho vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, o que pode acarretar a uma invasão do tempo de lazer e aumento

das horas de trabalho. Sem falar na desigualdade de renda, onde em muitas sociedades capitalistas, a desigualdade de renda é pronunciada, e as pessoas de renda mais baixa muitas vezes precisam trabalhar mais para sustentar suas famílias ou melhorar suas condições de vida. Além disso, as vezes por conta dos baixos salários e falta de oportunidades, o indivíduo de baixa renda por vezes sai prejudicado caso precise buscar por cursos profissionalizantes ou comprar aparelhos tecnológicos mais modernos para exercer determinadas funções.

Como já observado, a atividade capitalista, caracterizada pela busca incessante por lucro e crescimento econômico, tem um impacto significativo nas dinâmicas sociais e nos hábitos de lazer. Desde a Revolução Industrial, a transformação das relações de trabalho e a urbanização resultaram em novas formas de organização do tempo, pois com a crescente carga horária e a intensificação da produção, o tempo livre tornou-se um bem precioso. Nesse cenário, o turismo emerge como uma das principais formas de lazer, refletindo não apenas uma necessidade de escapismo, mas também um produto do sistema capitalista que o molda de acordo com suas dinâmicas econômicas e o comercializa.

O turismo, nesse sentido, acaba por funcionar como um alívio temporário às pressões do trabalho, mas também se torna uma mercadoria dentro da lógica de consumo. Como bem coloca Bauman (2007, p. 106), "o lazer, que antes representava uma válvula de escape ao estresse diário, agora é mercantilizado e incorporado ao capitalismo, sendo consumido como mais um produto na sociedade de consumo".

O turismo neste contexto capitalista se transforma em uma indústria poderosa, impulsionando economias locais e globais, as empresas turísticas, desde agências de viagens até hotéis e atrações, se beneficiam da demanda por experiências de lazer. Esse fenômeno cria uma interdependência: o turismo depende da capacidade de consumo das pessoas, que, por sua vez, são moldadas pelo ritmo e pelas exigências do trabalho capitalista. Assim, as práticas de lazer são, em muitos casos, promovidas e estruturadas pela lógica de mercado, onde a oferta de experiências se adapta às tendências e desejos do consumidor.

Além disso, o turismo também pode ser visto como uma forma de perpetuar desigualdades sociais, já que a acessibilidade a determinados destinos e experiências muitas vezes é restrita por fatores econômicos, refletindo as disparidades criadas pelo sistema capitalista, que muitas vezes cria barreiras de acesso. O custo elevado de

viagens e hospedagens pode excluir segmentos significativos da população. Isso gera uma divisão entre aqueles que podem viajar e aqueles que não podem, levando a uma experiência de lazer que é, em muitos casos, privilégio de classe.

Portanto, a análise da relação entre trabalho, ócio e turismo revela como as estruturas econômicas influenciam as escolhas de lazer, destacando a importância de considerar as implicações sociais e culturais das práticas de turismo nas sociedades contemporâneas. Esses elementos se entrelaçam em um ciclo onde o tempo livre, mediado pela atividade capitalista, não apenas serve como um alívio da rotina de trabalho, mas também se torna um espaço de consumo e produção de identidade cultural.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O método de pesquisa escolhido para este trabalho é o qualitativo, que se revelou o mais adequado para explorar de forma aprofundada os fenômenos relacionados ao tema em questão. A abordagem qualitativa foi fundamental para a coleta de informações essenciais que sustentaram as reflexões e análises desenvolvidas ao longo da monografia. De acordo com Minayo (2005), a pesquisa qualitativa é particularmente eficaz para entender e interpretar as nuances dos fenômenos sociais, ao invés de apenas quantificá-los. A autora destaca que esse tipo de abordagem permite uma imersão mais profunda no contexto, possibilitando a compreensão dos sentidos e significados que os participantes atribuem às suas experiências. Assim, a opção por um estudo qualitativo está alinhada ao objetivo de investigar os impactos do sistema capitalista nos hábitos de lazer e no uso do tempo livre nas sociedades contemporâneas, abordando essas questões de maneira rica e contextualizada.

Ao priorizar a análise qualitativa, o objetivo foi extrair dados ricos, contextuais e interpretativos, permitindo uma visão mais detalhada sobre a temática escolhida. Essa abordagem foi essencial para compreender os fatores subjetivos que envolvem as práticas de lazer, as quais estão intimamente relacionadas ao contexto social e econômico. Além disso, as abordagens de pesquisa bibliográfica e documental foram selecionadas devido à sua credibilidade e robustez quanto fontes de informação. Essas metodologias se destacam por possibilitar a consulta a materiais já estabelecidos e amplamente reconhecidos, como livros, artigos acadêmicos, revistas especializadas, relatórios e outros documentos relevantes.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Ela consiste no levantamento, análise e interpretação das obras publicadas sobre um determinado tema, com o objetivo de conhecer o que já foi produzido sobre o assunto e assim embasar teoricamente a investigação. Já a pesquisa documental se caracteriza pelo exame de documentos primários ou secundários, como relatórios, cartas, atas, jornais, registros oficiais, entre outros, que possibilitam ao pesquisador acessar as fontes originais e contextos históricos específicos, fornecendo dados cruciais para a análise aprofundada do fenômeno em questão. Ambas as metodologias, quando bem conduzidas, permitem a construção de um referencial teórico robusto e fornecem as bases para a análise crítica das questões em estudo (Lakatos, Marconi, 2017, p. 46).

Sendo assim, a citação esclarece o papel central da pesquisa bibliográfica e documental no processo de pesquisa científica. A pesquisa bibliográfica tem servido

como base para a construção do referencial teórico, fornecendo uma visão ampla sobre o que já foi discutido sobre o tema. Já a pesquisa documental permitiu acessar fontes originais e contextuais, essenciais para analisar a evolução dos fenômenos e compreender o impacto de transformações sociais, como as relacionadas ao capitalismo e ao lazer.

Já a metodologia analítica adotada permitiu que a pesquisa fosse conduzida de maneira rigorosa e estruturada, essencial para garantir a consistência na coleta, análise e interpretação dos dados. Segundo Severino:

A metodologia analítica é uma abordagem sistemática e rigorosa que exige do pesquisador uma organização lógica e coerente das informações. O processo analítico deve ser conduzido de maneira crítica, buscando não apenas compreender os dados, mas também refletir sobre eles de forma aprofundada, identificando padrões, relações e possíveis lacunas na informação. Para isso, o pesquisador deve adotar uma postura reflexiva, que permita estabelecer conexões entre as diversas fontes e evidências coletadas, garantindo que a análise seja não apenas uma descrição dos dados, mas uma verdadeira construção do conhecimento. Nesse processo, é essencial a clareza na organização dos dados, a identificação de categorias analíticas e a construção de sínteses que possibilitem uma interpretação mais abrangente e fundamentada dos fenômenos investigados (Severino, 2016, p. 92).

A definição reforça a importância de uma metodologia analítica bem estruturada, que não se limite apenas à coleta de informações, mas que também integre uma análise crítica das fontes, identificando suas implicações e relações, além de contribuir para a construção do conhecimento científico. A organização dos dados de maneira cronológica, por exemplo, permitiu observar a evolução das práticas de lazer ao longo do tempo, destacando as transformações mais relevantes dentro do contexto do capitalismo.

Após essa organização preliminar, as fontes foram analisadas em função de sua relevância para o desenvolvimento do trabalho, com especial atenção aos pontos-chave que ajudam a esclarecer a relação entre o capitalismo e os hábitos de lazer, pois, ao organizar as informações de forma cronológica, facilitou-se a identificação de padrões e transformações, de maneira indispensável para a análise dos fenômenos sociais ao longo do tempo. Além disso, durante o processo de análise, foi possível identificar lacunas no conhecimento sobre o tema, o que abre espaço para futuras investigações e amplia o entendimento sobre o impacto das transformações econômicas nas práticas de lazer.

Portanto, a utilização combinada das abordagens bibliográfica e documental foi essencial para estabelecer um fundamento teórico sólido, a partir do qual as

interpretações e reflexões puderam ser incrementadas. Ainda conforme sugere Marconi e Lakatos (2017), “permite acessar fontes primárias que oferecem uma visão aprofundada sobre os contextos históricos e sociais, essenciais para uma análise crítica”. Assim, com base na metodologia qualitativa adotada, que priorizou a análise detalhada e contextualizada das fontes bibliográficas e documentais, o presente trabalho se propõe a investigar a fundo e de forma aperfeiçoada as transformações históricas e sociais impulsionadas pelo sistema capitalista, focando especificamente nos hábitos de lazer e no uso do tempo livre nas sociedades contemporâneas.

Através dessa abordagem, foi possível explorar as complexas relações entre o desenvolvimento do capitalismo e as mudanças nas práticas de lazer, bem como suas repercussões no bem-estar e na qualidade de vida. Como destaca Minayo (2005), “a pesquisa qualitativa permite compreender a complexidade das relações sociais, abordando os aspectos subjetivos e contextuais que são frequentemente negligenciados em métodos quantitativos”. Assim, os objetivos específicos delineados de forma mais aprofundada neste capítulo servirão como diretrizes para a análise crítica das fontes coletadas, permitindo uma compreensão mais rica e detalhada sobre como o sistema capitalista molda não apenas as formas de lazer, mas também as desigualdades sociais que impactam o acesso a essas atividades.

4 LAZER E TEMPO LIVRE: COMO SE RELACIONAM NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Uma das definições mais tradicionais de lazer é proposta por Dumazedier (1960), que considera o lazer como atividades que ocorrem fora do trabalho e são voluntárias, prazerosas e intrinsecamente motivadas. Envolve uma escolha livre de atividades que permitam a desconexão do trabalho. Esta definição destaca não só a natureza voluntária e prazerosa do lazer, mas acaba enfatizando também a importância da desconexão em relação ao trabalho. Essa ideia é fundamental, pois o lazer é frequentemente visto como um espaço necessário para a regeneração física e mental, permitindo ao indivíduo recarregar energias e, assim, melhorar sua qualidade de vida.

Na perspectiva do lazer produtivo, autores como Stebbins (2007) propuseram a ideia de que o lazer não se limita apenas à recreação, mas também pode envolver "lazer produtivo", onde as pessoas se envolvem em atividades criativas e construtivas de forma voluntária, como escrever, pintar ou trabalhos manuais, pois, o lazer também está relacionado à qualidade de vida. A introdução do conceito de "lazer produtivo" por Stebbins expande essa visão, desafiando a noção de que o lazer deve ser meramente recreativo.

A ênfase em atividades criativas e construtivas sugere que o lazer pode ser uma esfera onde a autoexpressão e a realização pessoal se entrelaçam com a busca por prazer. Essa abordagem é especialmente relevante no contexto atual, onde as fronteiras entre trabalho e lazer estão cada vez mais tênues, muitas vezes levando a uma hibridização das atividades que os indivíduos realizam em seu tempo livre.

Além disso, essa perspectiva sobre o lazer e sua relação com a qualidade de vida ressalta a necessidade de um entendimento mais abrangente sobre o que constitui o bem-estar humano. O lazer produtivo pode ser visto como uma forma de enriquecer a vida das pessoas, proporcionando não apenas prazer, mas também um sentido de propósito e realização. Assim, ao incorporar a ideia de que atividades aparentemente "não produtivas" podem ter impactos significativos na qualidade de vida, tanto a pesquisa acadêmica quanto as políticas públicas podem se beneficiar de uma abordagem mais inclusiva e diversificada do lazer.

Para Neulinger (1974), o lazer é uma parte integrante da qualidade de vida e contribui para o bem-estar emocional, físico e social das pessoas. Já o tempo livre é o período de tempo em que uma pessoa não está ocupada com atividades de trabalho remunerado ou obrigações específicas. É um tempo disponível para as pessoas que podem ser usadas de acordo com sua própria escolha e preferência. A definição do tempo livre frequentemente enfatiza a necessidade de um equilíbrio saudável entre as horas de trabalho e o tempo disponível para atividades não profissionais, isso ajuda a prevenir o esgotamento e a manter a qualidade de vida.

O tempo livre não está limitado a um tipo específico de atividade, pode incluir lazer, recreação, descanso, envolvimento em hobbies, tempo com a família, educação contínua e outras atividades que contribuem para a satisfação pessoal. Essas definições representam uma variedade de perspectivas sobre o lazer e o tempo livre, refletindo sua importância. Esses conceitos desempenham papéis cruciais no bem-estar, na qualidade de vida e no equilíbrio entre trabalho e vida, já que lazer e o tempo livre desempenham papéis significativos na vida das pessoas e têm importância em vários aspectos.

Algumas das razões pelas quais o lazer e o tempo livre são essenciais são o bem-estar e saúde mental, pois oferecem oportunidades para relaxar, reduzir o estresse e promover a saúde mental. Engajar-se em atividades de lazer pode melhorar o humor, reduzir a ansiedade e aumentar a sensação de bem-estar. Uma boa consequência é o equilíbrio entre trabalho e vida cotidiana, pois, o tempo livre permite que as pessoas desfrutem de uma pausa das obrigações de trabalho.

Um equilíbrio saudável entre trabalho e tempo livre é fundamental para evitar o esgotamento e estresse crônico, pois durante o tempo livre, as pessoas têm a oportunidade de explorar novas ideias, hobbies e interesses, o que pode levar a descobertas significativas, beneficiando a criatividade e inovação. Habilidades e competências novas são desenvolvidas, com atividades de lazer como esportes, arte, música e leitura, que oferecem chances de crescimento pessoal e aprendizado.

O lazer e o tempo livre têm um impacto profundo no bem-estar geral das pessoas. Ao proporcionar momentos de descanso, de envolvimento em atividades prazerosas e criativas, essas experiências não apenas melhoram a saúde mental, mas também são fundamentais para o equilíbrio entre as demandas do trabalho e da vida pessoal. O uso saudável do tempo livre pode ser uma ferramenta poderosa para combater o estresse e a ansiedade, promovendo a saúde emocional e a inovação pessoal. A prática de hobbies e o engajamento em atividades culturais, esportivas e artísticas são

essenciais para o desenvolvimento de novas habilidades e para o fortalecimento das conexões sociais e familiares (Silva, 2023, p. 152).

Assim, laços são criados e fortalecidos com as pessoas, há também a chance de descobertas culturais já que o tempo livre permite que as pessoas explorem sua cultura, bem como outras culturas. Isso pode levar a uma maior compreensão e apreciação da diversidade cultural. Tudo isso gera uma imensa “recarga” de energia física e mental, contribuindo para a produtividade e o desempenho geral em outras áreas da vida, gerando inclusive satisfação pessoal, já que o indivíduo encontra prazer e satisfação nas atividades de lazer, essenciais para uma vida equilibrada e gratificante.

Isso ajuda a construir uma sensação de realização pessoal, bem como redução de isolamento e construção de memórias felizes e duradouras, que são criadas durante o tempo livre, seja em férias, viagens ou simplesmente desfrutando de momentos especiais com entes queridos. Lazer e tempo livre desempenham um papel vital na qualidade, contribuindo para o bem-estar físico e mental, desenvolvimento pessoal e a construção de relacionamentos significativos. Assim, é importante encontrar um equilíbrio saudável entre obrigações de trabalho e o tempo dedicado ao lazer para desfrutar de uma vida plena e satisfatória.

Marx (2011, p. 590-594) argumenta no sentido de que o tempo de trabalho deixou de ser a medida de todas as riquezas, a qual passou a ser o tempo disponível. De um modo simples, Marx (2011) entende que todo o tempo para além do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução das condições materiais de existência é tempo livre. Assim, quanto mais se reduzir o tempo de trabalho necessário, maior deverá ser o tempo livre. Entretanto, sob o modo capitalista de produção, parte desse tempo livre é apropriada pelo capital, de forma que o tempo de trabalho deixa de ser apenas o necessário (para a reprodução da força de trabalho) para se tornar tempo total disponível às necessidades do sistema de capital (Marx, apud de Faria, Ramos, 2014, p. 52).

Em relação à economia de mercado e lazer, a discussão torna-se complexa e multifacetada, visto que o lazer é frequentemente afetado e moldado pela economia de mercado de várias maneiras. Em primeiro lugar temos a comercialização do lazer, pois nas sociedades capitalistas e orientadas para o mercado, muitas atividades de lazer são comercializadas, isso inclui parques de diversões, cinemas, eventos esportivos, turismo e uma variedade de produtos relacionados ao lazer. O lazer torna-se uma indústria significativa, e as empresas objetivam o lucro com atividades de entretenimento diversas.

A cultura do consumismo é frequentemente associada ao lazer em sociedades de mercado. As pessoas são incentivadas a gastar dinheiro em atividades

de lazer e a buscar o prazer e a satisfação por meio do consumo. Isso pode levar a uma mentalidade em que o lazer é frequentemente vinculado ao gasto de recursos financeiros, por isso a economia de mercado pode levar à desigualdade no acesso ao lazer. Pessoas com recursos financeiros limitados podem ter menos oportunidades para desfrutar de atividades de lazer comerciais, o que reflete as disparidades econômicas presentes no sistema capitalista.

Segundo Bramante (1998), dadas as características da sociedade capitalista contemporânea, na qual instrumentalizou-se o tempo e a atividade recreativa tende a transformar-se em mera mercadoria, a dimensão do “não trabalho” pode assumir uma nuance extraordinária para a vivência da essência humana, através da conquista de um tempo da “não utilidade” frente às pressões crescentes de se dar sempre uma certa finalidade ao uso do tempo. O tempo, conceito objetivamente inelástico, vem se tornando uma “mercadoria” de luxo, em que a máxima: “tempo é dinheiro” chega a refletir o seu verdadeiro significado, dado por segmentos significativos da nossa sociedade. Portanto, “conquistar” um tempo da não obrigação vem se impondo como um desafio para todos que desejam exercitar a face humana da vida plena.

O lazer comercializado pode criar pressões para o consumo e o gasto excessivo. As pessoas podem se sentir compelidas a aderir a padrões de consumo específicos, como comprar ingressos para eventos esportivos caros, mesmo quando estão fora de seu orçamento, por exemplo. A publicidade desempenha um papel importante na promoção de atividades de lazer. As empresas de marketing muitas vezes usam estratégias persuasivas para atrair consumidores para atividades de lazer específicas, criando uma demanda para essas experiências.

Segundo Pine e Gilmore (1999), “o consumo de experiências tem se tornado a nova fronteira do consumo, substituindo produtos físicos por eventos e experiências únicas”. Esse movimento reflete uma transformação significativa no comportamento dos consumidores, que, em vez de adquirir produtos tangíveis, buscam experiências que proporcionem sensações e emoções únicas. Entretanto, deve-se lembrar que a indústria de lazer cria empregos e contribui para o crescimento econômico. Isso inclui uma variedade de profissões, desde a gestão de parques temáticos até a produção de filmes e música, que geram oportunidades de emprego e contribuem para a economia.

Embora o mercado de lazer tenha seus aspectos comerciais, o lazer continua a ser uma parte importante da qualidade de vida. A busca de experiências significativas e enriquecedoras no tempo de lazer é uma parte fundamental da vida em sociedades de mercado. O lazer e a economia de mercado estão intrinsecamente ligados, com a comercialização do lazer desempenhando um papel significativo na sociedade capitalista. Embora isso crie oportunidades e desafios, é importante encontrar um equilíbrio saudável entre o lazer comercializado e experiências de lazer que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida.

4.1 RELAÇÃO DO CAPITALISMO COM OS HÁBITOS DE LAZER E ÓCIO

O ócio é um conceito que tem sido abordado de várias maneiras ao longo da história e em diversas áreas acadêmicas, como filosofia, sociologia, psicologia e lazer. Embora não haja uma definição única, pode ser compreendido como o tempo em que as pessoas estão livres de obrigações de trabalho, produção e tarefas específicas, permitindo a liberdade de escolher como preencher esse tempo.

O filósofo Josef Pieper (2014) explora o conceito de ócio como um estado de ser que está além da mera ausência de trabalho, assim, argumenta que o ócio é uma contemplação e apreciação desinteressada da vida. O ócio e o lazer são conceitos relacionados, mas têm diferenças importantes, o ócio refere-se frequentemente a momentos de inatividade, descanso ou falta de ocupação, pode ser passivo e não envolver atividades específicas.

O lazer, por outro lado, envolve atividades voluntárias, prazerosas e recreativas. O ócio muitas vezes não tem um propósito ou objetivo específico, enquanto o lazer é deliberado e planejado para proporcionar prazer, entretenimento ou relaxamento. O ócio pode ser percebido como uma pausa necessária ou uma oportunidade para a contemplação, enquanto o lazer é geralmente visto como uma forma ativa de aproveitar o tempo livre. O ócio é visto de maneira ambivalente nas sociedades capitalistas. A percepção do ócio pode variar dependendo de fatores como cultura, economia e valores individuais, mas existem algumas tendências gerais na forma como o ócio é abordado nas sociedades capitalistas, uma delas é a pressão para a produtividade.

Nas sociedades capitalistas, existe uma pressão constante para ser produtivo. O trabalho e a busca do sucesso econômico muitas vezes dominam o tempo e as mentes das pessoas. Isso pode criar uma visão negativa do ócio, já que é frequentemente associado à falta de produtividade. O ócio também muitas vezes é comercializado nas sociedades capitalistas. As atividades de lazer, como viagens, entretenimento e compras, tornam-se produtos que podem ser adquiridos. Na cultura do consumismo, o ócio é frequentemente vinculado ao gasto de dinheiro. Já em relação à tecnologia moderna, como smartphones e redes sociais, pode levar a uma erosão do ócio. As pessoas podem se sentir compelidas a estar sempre conectadas e ocupadas, dificultando a desconexão e a contemplação que muitas vezes estão associadas ao ócio.

Então, quais são os desafios para a valorização do ócio criativo? Bem, alguns teóricos, como Domenico De Masi (2000) argumentam que o ócio criativo é essencial para a inovação e a realização pessoal. No entanto, nas sociedades capitalistas, encontrar tempo para esse tipo de ócio pode ser desafiador devido à carga de trabalho e à busca constante por produtividade. Ademais, há uma dificuldade para encontrar o equilíbrio entre trabalho e ócio, e encontrar um equilíbrio saudável entre ambos é uma questão crucial nas sociedades capitalistas. É por esse motivo que políticas trabalhistas como horas de trabalho, licença remunerada e férias, desempenham um papel tão importante na determinação do tempo livre disponível.

Além de tudo, pontua-se novamente sobre uma imensa desigualdade também no acesso ao ócio, pois a capacidade de desfrutar do ócio pode variar amplamente de acordo com o status socioeconômico. Pessoas com menos recursos financeiros podem ter menos acesso a atividades de lazer e tempo livre de qualidade. Em resumo, nas sociedades capitalistas, o ócio muitas vezes é influenciado por valores econômicos e culturais que podem criar desafios para sua apreciação. A pressão constante para a produtividade e o consumismo podem dificultar a busca de um verdadeiro ócio, que envolve relaxamento, introspecção e a capacidade de desfrutar o momento presente. No entanto, a valorização do ócio criativo e o equilíbrio entre trabalho e tempo livre continuam sendo tópicos de discussão importantes e abrangentes.

Nas sociedades capitalistas, o ócio é frequentemente associado ao desperdício de tempo, fatores como a cultura do trabalho intenso, mencionada

anteriormente, pressões sociais, obrigações financeiras e consumismo e a falta de valorização do bem-estar são extremamente relevantes, no entanto, é interessante focalizar o problema em um dos fatores que mais se observa na influência de tais comportamentos: o conceito de tempo como um recurso escasso.

Nas sociedades capitalistas, o tempo é frequentemente considerado um recurso escasso. Isso resulta em uma mentalidade de que cada minuto deve ser usado de maneira produtiva para alcançar metas financeiras e pessoais. Essa associação do ócio ao desperdício de tempo nas sociedades capitalistas pode ter efeitos negativos, como o aumento do estresse, da ansiedade e do esgotamento. No entanto, indivíduos estão finalmente começando a reconhecer a importância do equilíbrio entre trabalho e ócio para uma vida saudável e equilibrada. Até porque, parando para analisar, não há a menor necessidade de se passar tanto tempo trabalhando e buscando ser produtivo e “evitando” o tempo livre e o ócio. Segundo o exemplo de Russell (2002), pode-se perceber o seguinte:

Façamos uma ilustração. Suponha-se que em um dado momento um certo número de pessoas estejam envolvidas na produção de alfinetes. Elas fazem tantos alfinetes quanto o mundo precisa trabalhando (digamos) oito horas por dia. Alguém faz uma invenção através da qual o mesmo número de pessoas pode fazer duas vezes o número original de alfinetes. Mas o mundo não precisa mais de alfinetes, dificilmente algum seria comprado por um preço menor. Em um mundo sensato, todos os envolvidos na fabricação de alfinetes passariam a trabalhar quatro horas ao invés de oito, e tudo continuaria como antes. Mas no mundo real isto seria considerado desmoralizante. Os homens ainda trabalham oito horas há excesso de alfinetes, alguns empregadores quebram, e metade dos homens previamente ocupados em fabricar alfinetes são despedidos. Há ao final exatamente a mesma quantidade de lazer do outro plano, mas a metade dos homens fica totalmente ociosa enquanto a outra metade ainda está sobrecarregada. Deste modo, é assegurado que o lazer inevitável deva causar miséria no mundo inteiro ao invés de ser uma fonte universal de felicidade. Pode ser imaginado algo mais insano? (Russell, 2002, p. 3).

A citação faz uma crítica à forma como o progresso tecnológico é absorvido pelo sistema econômico, descrevendo uma situação em que uma invenção aumenta a produção de alfinetes sem necessidade de mais trabalho, mas, em vez de reduzir as horas de trabalho e distribuir o tempo livre, o sistema capitalista mantém as mesmas condições, resultando em desemprego e sobrecarga para os que permanecem empregados. Aumento de produtividade, em vez de beneficiar a todos, cria desequilíbrios e miséria para os menos favorecidos.

A crítica central está na irracionalidade do sistema econômico que, ao invés de promover o bem-estar por meio de mais tempo livre e melhores condições de trabalho, gera um cenário de desigualdade e sofrimento. O autor aponta a falha do

capitalismo em absorver o progresso tecnológico de maneira que realmente beneficie todos, sugerindo que o lazer, em vez de ser uma fonte de felicidade, se torna um símbolo da falência do sistema em garantir justiça social.

Em "A Sociedade do Cansaço" (2010), o filósofo Byung-Chul Han analisa como a sociedade contemporânea, dominada pelo capitalismo e pela tecnologia, criou um ambiente em que o ócio é frequentemente prejudicado. Ele destaca a pressão constante para ser produtivo e a falta de verdadeiro tempo livre. Han argumenta que a sociedade contemporânea, marcada pelo capitalismo e pela tecnologia, cria um ambiente em que o ócio se torna problemático, discutindo como a constante pressão para ser produtivo, a necessidade de estar sempre conectado e o excesso de informação podem levar a uma sensação de exaustão e falta de verdadeiro ócio.

Han observa que, na sociedade contemporânea, o ócio muitas vezes é substituído pelo que ele chama de "surto de atividade", em que as pessoas se sobrecarregam com tarefas e responsabilidades, muitas vezes em busca de autossatisfação, argumentando que essa busca incessante por produtividade e realização pessoal pode levar ao esgotamento e à perda da capacidade de desfrutar do verdadeiro ócio. Além disso, o autor aborda como a cultura contemporânea da transparência e exposição nas redes sociais pode levar à autopromoção constante, tornando o ócio e a introspecção mais difíceis de alcançar.

Assim, em vez de promover um senso de liberdade, essa cultura pode criar uma sensação de prisão e vigilância constante. As pressões de estar ocupado e produtivo na vida moderna, influenciadas pela economia de mercado e tecnologias, têm efeitos significativos no ócio e no bem-estar. Nas sociedades de economia de mercado, a produtividade é uma métrica crucial para o sucesso. Isso cria uma pressão constante para estar ocupado, trabalhar longas horas e produzir resultados mensuráveis, como já mencionado algumas vezes.

Essa mentalidade muitas vezes deixa pouco espaço para o ócio, que é visto como improdutivo. Ademais, a proliferação de dispositivos eletrônicos e a conectividade constante através da internet tornaram mais difícil desconectar do trabalho. As pessoas frequentemente sentem a necessidade de verificar e-mails, responder a mensagens e estar disponíveis vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, reduzindo tempo disponível para o ócio. O ritmo acelerado da vida moderna

e a pressão constante para estar ocupado então, levam a níveis elevados de estresse, ansiedade e esgotamento.

A falta de tempo para o ócio, que é essencial para relaxar e recuperar energia, pode prejudicar a saúde mental das pessoas, pois, a busca incessante pela produtividade muitas vezes leva a uma redução na qualidade de vida, com menos tempo para atividades de lazer, relacionamentos e interações sociais, assim, resultando em sentimentos de isolamento e solidão. O ócio desempenha um papel fundamental na criatividade e inovação, quando as pessoas estão sempre ocupadas, há menos tempo para a reflexão e para a exploração de ideias não relacionadas ao trabalho, afetando negativamente a capacidade de inovação.

De acordo com De Masi em seu livro “O ócio criativo” (2000), é uma parte essencial da vida, e que encontrar um equilíbrio entre ócio e trabalho é fundamental para uma sociedade saudável, inovadora e realizada, sendo um conceito que vai além do mero descanso, envolvendo atividades culturais e produtivas que contribuem para o desenvolvimento pessoal e social.

Complementando as afirmativas, podemos trazer a psicóloga Barbara Fredrickson, onde em "Positivity" (2009) explora como o ócio pode contribuir para o bem-estar psicológico, sugerindo que momentos de ócio e relaxamento são essenciais para cultivar emoções positivas, sendo fundamentais para uma vida saudável e satisfatória. Ela destaca que o ócio, longe da visão tradicional de ser uma perda de tempo ou inatividade, é uma oportunidade de renovação mental, permitindo que a pessoa se distancie do estresse diário e recarregue suas energias.

Para combater os efeitos negativos do ritmo acelerado da vida moderna, é importante promover a conscientização sobre a importância do equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Empregadores podem incentivar políticas que favoreçam esse equilíbrio, e as pessoas devem aprender a definir limites e desconectar-se regularmente das tecnologias. Sendo assim, o ócio não é desperdício de tempo, mas sim uma parte essencial de uma vida equilibrada e saudável.

5 A EVOLUÇÃO DAS CONEXÕES ENTRE TRABALHO E LAZER: COMO SÃO IMPACTADAS AS PRÁTICAS DE ÓCIO E TEMPO LIVRE CONTEMPORÂNEAMENTE

O capítulo a seguir oferece um panorama geral do que foi abordado, com ênfase nos objetivos da pesquisa e nas análises acerca do tema. O trabalho investiga a influência do sistema capitalista nos hábitos de lazer e no uso do tempo livre nas sociedades contemporâneas. O objeto da pesquisa é analisar a transformação desses hábitos em função da organização do trabalho no sistema capitalista, considerando suas diferentes fases e suas implicações sociais e culturais.

A pesquisa buscará compreender como o capitalismo molda as práticas de lazer, ócio e tempo livre ao longo do tempo, influenciando os comportamentos e estilos de vida das populações. Para isso, serão examinadas as relações entre o desenvolvimento do sistema capitalista e as transformações nas formas de lazer, além de discutir as implicações desse processo para a qualidade de vida e o bem-estar nas sociedades atuais.

A seguir, apresentam-se os objetivos da pesquisa, que orientam a construção deste estudo e fundamentam suas investigações e reflexões. São eles: Compreender as implicações do sistema capitalista para o bem-estar e a qualidade de vida, a partir de uma análise histórica do seu desenvolvimento e da transformação dos hábitos de lazer e ócio ao longo do tempo. Este objetivo visa investigar como as mudanças econômicas e sociais, resultantes da evolução do sistema capitalista, impactaram as formas de lazer e ócio.

Sendo analisadas as transformações dos hábitos de lazer desde o período pré-industrial até a sociedade contemporânea, destacando como o capitalismo contribuiu para a reorganização do tempo livre, influenciando desde a popularização do consumo de lazer até a mercantilização das atividades de tempo livre. O foco é entender de que forma essas transformações influenciam o bem-estar das pessoas e suas percepções de qualidade de vida, tanto de uma perspectiva histórica quanto contemporânea.

Avaliar como o consumismo é promovido como parte do tempo livre nas sociedades capitalistas, com ênfase na influência do capitalismo sobre a

mercantilização do lazer. Aqui, a pesquisa se concentra na relação entre consumismo e tempo livre nas sociedades capitalistas. A ideia é examinar como o sistema capitalista, por meio de suas estruturas econômicas e culturais, transforma o lazer e o ócio em produtos de consumo.

O objetivo é entender de que maneira o mercado e as práticas capitalistas influenciam as escolhas de lazer, seja por meio de publicidade, consumo de bens e serviços relacionados ao tempo livre (turismo, entretenimento, esporte, etc.) ou pela criação de uma demanda artificial por experiências de lazer. A análise busca identificar o impacto dessa mercantilização na forma como as pessoas vivenciam o tempo livre e como isso afeta sua satisfação e seu bem-estar.

Por fim, examinar a cultura de trabalho excessivo e como ela afeta a alocação de tempo para atividades de lazer, elencando o papel da desigualdade social na disponibilidade e no acesso a atividades de lazer nas sociedades capitalistas. Este objetivo busca investigar a relação entre a intensa carga de trabalho característica das sociedades capitalistas contemporâneas e a restrição de tempo livre para lazer, destacando como as pressões econômicas e a busca incessante por produtividade influenciam a qualidade do tempo de ócio. Além disso, será analisado como as desigualdades sociais afetam a capacidade de diferentes grupos de acessar e usufruir desse tempo livre, considerando as limitações impostas pela condição econômica, a estrutura de classes e as disparidades no acesso a recursos que favorecem ou restringem o lazer.

A escolha do tema “Trabalho, Ócio e Tempo Livre: Uma análise sobre o histórico do sistema capitalista e sua influência direta nos hábitos de lazer e tempo livre das sociedades contemporâneas” surgiu a partir de uma reflexão sobre os impactos que o sistema capitalista exerce nas dinâmicas de trabalho e lazer, especialmente nas camadas sociais mais vulneráveis. Ao observar a realidade das classes trabalhadoras, se evidencia como o modelo econômico atual tem restringido o acesso ao lazer e ao tempo livre, especialmente para aqueles que ocupam empregos de baixa remuneração e condições precárias de trabalho. A escassez de tempo para descansar, desfrutar de atividades com a família ou simplesmente aproveitar momentos de ócio é uma das maiores consequências dessa organização social, o que leva a uma diminuição significativa da qualidade de vida, e muitas vezes, a uma perda do direito básico de descanso.

Um aspecto particularmente alarmante, que motivou o desejo do estudo pelo tema, é o impacto negativo da jornada de trabalho excessiva. Modelos de trabalho, como a escala 6x1, por exemplo, impõem um desgaste físico e mental muito grande aos trabalhadores, gerando um desequilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho e ao lazer. A consequência disso é o comprometimento da saúde física e emocional dos indivíduos, com o aumento do estresse, da ansiedade, da exaustão e de outras doenças relacionadas ao trabalho excessivo. Essas condições não apenas afetam o bem-estar individual, mas também prejudicam as relações sociais e familiares, já que o tempo para convivência, lazer e recuperação é drasticamente reduzido.

Dessa forma, este trabalho se justifica pela necessidade de compreender como o sistema capitalista, em sua busca incessante por produtividade e lucro, afeta não apenas as condições de trabalho, mas também as relações sociais, os hábitos de lazer e o uso do tempo livre, impactando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos e moldando os valores e práticas culturais nas sociedades contemporâneas. Como Engels (2013, p. 45) afirma, 'o capitalismo transforma o trabalho em um meio para a produção de lucro e não em um fim em si mesmo; o trabalhador é subordinado a uma lógica produtiva que o aliena, tornando-o mero instrumento de produção'. Esta dinâmica de exploração não afeta apenas o trabalho, mas interfere também nas condições de lazer e no uso do tempo livre, à medida que a busca incessante por produtividade influencia todos os aspectos da vida cotidiana.

Assim o sistema capitalista transforma o trabalho e, por extensão, o tempo livre, subordinados à lógica de produção e lucro. Essa perspectiva de Engels é fundamental para entender a alienação do trabalhador, que não apenas se reflete nas condições de trabalho, mas também no impacto dessa lógica produtiva em sua vida social e pessoal, incluindo o lazer e o tempo livre através desses mecanismos, assim, o capitalismo influencia profundamente a qualidade de vida, as relações sociais e as práticas culturais, incluindo as atividades de lazer.

Os objetivos foram estruturados para fornecer uma visão abrangente da relação entre capitalismo, lazer e tempo livre, considerando não apenas os efeitos econômicos e culturais desse sistema, mas também suas implicações sociais e individuais. O trabalho busca se estruturar utilizando principalmente fontes literárias, como as obras: *A Sociedade Feudal* (2016) de Marc Bloch; *História do Capitalismo* (1987) de Michel Beaud; *A Sociedade em Rede* (1996) de Manuel Castells; *O Capital*

(1867) de Karl Marx, e Introdução ao Turismo (2008) de Reinaldo Dias e Sociedade do Cansaço (2015) de Byung-Chul Han, obras essas que possibilitaram a organização da cronologia necessária para que a pesquisa fizesse sentido, bem como auxiliaram na identificação de possíveis lacunas na história e permitiram que houvessem opiniões diversas acerca do mesmo tema.

Através destas obras, foi permitida a conclusão de tal pesquisa, que busca não só mapear o histórico de transformações no uso do tempo livre, mas também investigar como essas mudanças afetam o bem-estar, considerando as desigualdades sociais que persistem nas sociedades contemporâneas. A análise se faz crucial para entender as dinâmicas atuais do lazer e sua relação com a produção capitalista e o campo laboral, com um olhar crítico sobre as consequências dessa relação para a qualidade de vida dos indivíduos.

5.1 ANÁLISE GERAL E SÍNTESE DAS CONSTATAÇÕES

O presente capítulo busca trazer um apanhado geral de tudo o que foi anteriormente abordado, dando enfoque maior na influência do capitalismo nos hábitos de lazer, onde se fazem notáveis algumas das consequências principais. O capitalismo, enquanto sistema econômico, passou por profundas transformações ao longo da história, adaptando-se às necessidades de uma sociedade em constante evolução. Desde suas primeiras manifestações, ainda na Europa medieval até sua forma atual de capitalismo globalizado, o sistema se moldou e se expandiu, tendo impacto direto nas relações de trabalho, nas desigualdades sociais e no tempo dedicado ao lazer e ao ócio.

O capitalismo moderno tem suas raízes no fim da Idade Média, no entanto, foi durante a Revolução Industrial, no século XIX, que o capitalismo consolidou suas “atuais diretrizes”. A introdução das fábricas, a mecanização da produção e a acumulação de capital geraram um novo padrão de relações de trabalho, no qual a produção em massa e a maximização dos lucros se tornaram as principais motivações. A classe trabalhadora, que antes detinha certo grau de controle sobre a produção, e consequentemente, sobre seu tempo, foi submetida a longas jornadas de trabalho, muitas vezes em condições precárias, enquanto os detentores do capital ampliaram seu poder e sua riqueza.



Figura 01: Ilustração sobre a mais-valia, conceito atribuído ao filósofo Karl Marx

Fonte: Todo Estudo, 2024.

Karl Marx, em sua análise crítica do capitalismo, já alertava para o fato de que, sob esse sistema, a força de trabalho humana se tornava uma mercadoria, sujeita à exploração para a geração de lucro. Em *O Capital* (1867), Marx afirma que "o trabalhador vende sua força de trabalho, mas não sua vida", destacando como o tempo dos indivíduos é usurpado por esse sistema, que transforma cada momento em uma oportunidade de produção. Com isso, o tempo livre, ou o ócio, se tornava escasso, já que as condições de trabalho intensivas exigiam grande parte da energia física e mental dos trabalhadores.

Ao longo do século XX, o capitalismo passou por novas modificações, especialmente com a ascensão da sociedade de consumo. Nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, o modelo de consumo em massa se tornou um pilar fundamental da economia, e a busca por bens de consumo tornou-se não apenas uma necessidade, mas uma forma de identidade social. Necessidades artificiais começam a ser criadas pelas empresas, associando felicidade e status ao consumo de produtos e serviços. O capitalismo globalizado, que antes estava restrito a algumas potências econômicas, passou a dominar o cenário mundial com a aceleração dos fluxos financeiros, a expansão das redes de produção e consumo e o desenvolvimento do comércio internacional.

Com a ascensão do neoliberalismo na década de 1980 trazendo políticas econômicas voltadas para a abertura de mercados e à desregulamentação de alguns

setores, essa lógica de consumismo foi mais uma vez reforçada. A globalização, que se intensificou nesse período, permitiu a criação de uma economia interconectada, onde a produção e o consumo se expandiram para quase todas as partes do planeta. Isso fez com que bens e serviços se tornassem acessíveis a uma maior parcela da população, mas ao mesmo tempo impôs um modelo onde o consumo incessante se tornou uma espécie de “obrigação social”.



Figura 01: Os papéis de consumidor e empresário na Obsolescência Programada.
Fonte: WebJornal, 2024.

As redes sociais e a publicidade digital também desempenharam papel fundamental nesse processo. O consumo se transformou em uma forma de passatempo, quase como um meio alternativo de preencher vazios existenciais, e o trabalho tornou-se uma via para adquirir produtos que garantem, pelo menos momentaneamente status e satisfação em uma sociedade onde tudo se torna rapidamente obsoleto. Nesse novo modelo, a busca pelo capital tornou-se uma meta constante, onde o tempo livre não é visto como um momento de descanso, mas como uma oportunidade de consumo, e o ócio, visto como algo ruim e dispensável.

Além de promover a circulação de bens e capitais, a globalização também intensificou a conectividade em todos os níveis da vida social. Tal revolução digital, iniciada nas últimas décadas do século XX, não só mudou as formas de trabalho, mas também alterou profundamente a relação entre tempo e lazer. O avanço das tecnologias de comunicação e informação permitiu que as pessoas estivessem “sempre conectadas”, fazendo com que a linha entre trabalho e vida pessoal se tornasse

A sociedade em rede transforma o tempo e o espaço, criando um ambiente onde a conexão permanente e a produção não conhecem limites” (Castells, 1996, p. 120). Essa conectividade constante faz com que o trabalho invada o tempo livre, já que muitas pessoas sentem a pressão de estar disponíveis a qualquer momento, seja

para responder a e-mails, participar de videoconferências ou monitorar atividades profissionais.

Esse fenômeno também se relaciona diretamente à desigualdade social, pois a acessibilidade e o domínio sobre as novas tecnologias e redes de comunicação são um privilégio de classes sociais mais altas. As elites, que controlam a produção e distribuição dos bens e serviços, não só conseguem desfrutar de um tempo livre maior e de qualidade, mas também obtém as condições materiais para conseguir consumir o que desejam, ao mesmo tempo que as classes trabalhadoras, muitas vezes sobrecarregadas por múltiplos empregos e responsabilidades, não conseguem escapar dessa lógica, estando sempre em posição de plena desvantagem.

O impacto desse modelo econômico na vida cotidiana das pessoas reflete diretamente no tempo livre, essencial para o descanso, para a recuperação física e mental, e para o engajamento em atividades culturais e recreativas, tornando-se um bem extremamente escasso para a maioria da população, que se encontram na base da pirâmide social. O capitalismo, ao priorizar a produção e o consumo, reduziu o espaço para o ócio genuíno, aquele tempo dedicado a atividades não mercadológicas. A escassez de tempo livre é um reflexo direto do sistema capitalista, onde o trabalho e a busca incessante por mais consumo determinam as relações de tempo das pessoas.

No âmbito do turismo, essa lógica de consumo também se reflete de maneira profunda, pois, o turismo, que poderia ser uma forma de lazer e de desconexão do cotidiano, tornou-se também um produto de consumo altamente promovido por meio de estratégias de marketing e publicidade. A indústria do turismo se adapta à necessidade de consumo constante e de experiências que ofereçam status e gratificação imediata, muitas vezes encorajando viagens rápidas e extremamente voltadas ao consumo, como parte de um estilo de vida moderno e globalizado.

As ofertas de pacotes turísticos, viagens de luxo e destinos diferentes são promovidas como formas de "escape", entretanto, acabam sendo mais uma extensão da lógica capitalista de consumo, em vez de proporcionar uma experiência cultural autêntica e transformadora e uma oportunidade verdadeira de descanso. Esse modelo de turismo tende a reforçar a desigualdade, visto que viagens e experiências turísticas de qualidade são, na maioria das vezes, acessíveis apenas para as camadas mais altas da sociedade, enquanto as classes trabalhadoras têm suas opções limitadas a

viagens mais “populares”, e de baixo custo que não oferecem o mesmo tipo de valorização da experiência e ainda incentivam o turismo de massa, muitas vezes danoso aos destinos e aos moradores locais como um todo.

“O trabalhador contemporâneo vive com a sensação de que seu tempo é controlado por forças externas, e isso afeta sua capacidade de aproveitar o tempo livre de maneira significativa” (Sennett, p. 54). As longas horas de trabalho, muitas vezes em empregos instáveis e mal remunerados, não só restringem o tempo livre, mas também diminuem a qualidade do lazer. O estresse gerado pela pressão para alcançar a produtividade e as exigências de estar constantemente conectado fazem com que as pessoas não consigam usufruir plenamente de seu tempo livre, de maneira que se sintam restaurados para retomar as atividades obrigatórias posteriormente.

Se tratando de desigualdade social, tanto no acesso ao trabalho digno quanto ao lazer, essa desigualdade se apresenta como uma característica intrínseca da sociedade capitalista. A globalização ajudou a gerar uma concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população se vê obrigada a trabalhar cada vez mais para garantir sua sobrevivência. Essa divisão socioeconômica interfere diretamente nas oportunidades de lazer, pois o acesso a atividades culturais, esportivas e de descanso, ou até mesmo acesso à diversos destinos turísticos está muitas vezes condicionado à capacidade financeira. Aqueles que pertencem às camadas mais baixas da sociedade, além de não terem tempo livre suficiente, têm o lazer reduzido a atividades consumistas e superficialmente prazerosas, sem espaço para o enriquecimento cultural ou o descanso profundo.

Em suma, a evolução do capitalismo, sua globalização e a ascensão da sociedade consumista moldaram uma realidade na qual a busca por capital, a conectividade permanente e as desigualdades sociais tornam o tempo livre algo cada vez mais escasso e fragmentado. A pressão pelo consumo e pela produtividade redefine o conceito de ócio, tornando-o apenas um momento de recuperação do desgaste gerado pelo trabalho incessante, ao invés de uma oportunidade verdadeira de descanso e de enriquecimento pessoal. Assim, nesse cenário, o lazer se transforma em um reflexo do próprio sistema capitalista, que mercantiliza até mesmo o descanso e o tempo livre das pessoas.

O trabalho excessivo reduz a quantidade de tempo livre disponível para atividades de lazer, o que leva a uma enorme diminuição do envolvimento em antigos ou novos hobbies, prática de esportes, desfrute de cultura e também em encontros sociais. A relação entre trabalho e tempo livre é uma preocupação central na análise das sociedades capitalistas, visto que, historicamente, a falta de tempo livre nada mais é que um reflexo direto da exploração da força de trabalho. De acordo com Marx (1867), "o trabalhador é o mais ocioso dos homens, porque é ele que é forçado a vender sua força de trabalho e, em contrapartida, tem seu tempo controlado pelo capitalista" (Marx, *O Capital*, p. 329). Essa falta de controle e autonomia sobre o próprio tempo, querendo ou não, reflete diretamente nas condições de lazer, já que as classes trabalhadoras, que são mais expostas a jornadas longas, se veem totalmente privadas de momentos de lazer e descanso adequados.

Durante a Revolução Industrial, a carga horária de trabalho era maçante, e não havia regulamentação que garantisse pausas ou férias. As primeiras leis trabalhistas, como as promovidas pelo movimento sindical, só vieram surgir após algumas décadas de luta, mostrando a resistência do capitalismo em reduzir a jornada de trabalho para que os trabalhadores tivessem tempo para outras atividades. Como reforça Weber (1920), "a racionalização do trabalho no capitalismo moderno leva à ampliação das jornadas e à fragmentação das relações sociais" (Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, p. 87), algo que, de fato, limita a possibilidade de se engajar em atividades de lazer significativas para o indivíduo.

Embora algumas melhorias nas condições de trabalho tenham sido finalmente implementadas ao longo do tempo – conquistadas principalmente por mérito das lutas sindicais – a escassez de tempo livre continua sendo um reflexo das prioridades do sistema capitalista, que maximiza a produtividade e por consequência acaba com o bem-estar dos indivíduos. O tempo livre, portanto, muitas vezes se torna algo superficial ou limitado, não permitindo a plena vivência do lazer. É notável que em uma sociedade capitalista, muitos aspectos do lazer são comercializados, e o acesso a entretenimento vai depender frequentemente de condições financeiras, limitando o acesso a ele.

No capitalismo contemporâneo, o lazer se transformou em um produto de mercado. Teóricos pós-modernos como Baudrillard (1970) argumentam que "o lazer não é mais uma atividade autônoma, mas algo que se ajusta aos parâmetros do

consumo" (Baudrillard, *O Sistema dos Objetos*, p. 122). O entretenimento, portanto, deixa de ser uma forma de relaxamento ou de autodescoberta para se tornar um bem comercializável, que muitas vezes está condicionado à disponibilidade financeira do indivíduo. O consumo de produtos culturais – como filmes, música, viagens e entretenimento digital – se associa cada vez mais a um preço, criando uma divisão clara entre aqueles que podem pagar por essas experiências e aqueles que não podem.

Em um nível mais amplo, o conceito de lazer como algo comercializável não é uma característica recente do capitalismo, mas sim uma estratégia de longo prazo para impulsionar ainda mais o consumo. Desde os primórdios da revolução industrial, os capitalistas perceberam que a criação de tempo livre para os trabalhadores não apenas aumentava a produtividade, mas também gerava uma nova oportunidade de consumo. Um exemplo clássico desse fenômeno pode ser observado por uma ação de Henry Ford, quando o magnata da indústria automobilística, finalmente reconheceu a vantagem de ter funcionários com mais dias livres na semana, assim, introduziu a ideia de uma jornada de trabalho de cinco dias com folga nos finais de semana para seus operários.

Embora essa medida tenha sido inicialmente vista como uma concessão aos trabalhadores, ela tinha uma finalidade, e claramente não era o bem-estar dos operários, e sim estimular o consumo. Ford sabia que, ao dar tempo livre aos seus trabalhadores, ele estava criando uma força de consumo mais eficaz. "O objetivo de dar aos trabalhadores tempo livre era para que eles pudessem consumir mais produtos, especialmente os que estavam produzindo", escreve Bauman (2007), ressaltando como essa estratégia visava não apenas proporcionar descanso, mas também garantir que a produção fosse sustentada pelo consumo interno (Bauman, *A Vida para Consumo*, p. 48).

A "concessão" de tempo livre, portanto, foi em grande parte uma forma de aumentar o mercado consumidor, evidenciando como o capitalismo molda até mesmo o lazer e o ócio, transformando-os em instrumentos de perpetuação desse sistema econômico. A crítica que se pode fazer a essa abordagem é que, embora o tempo livre tenha sido aumentado, ele foi de certa forma aliciado pelo mercado, sendo utilizado não para o desenvolvimento pessoal ou coletivo, mas como uma oportunidade de gerar mais lucro por meio do consumo de bens produzidos.

De volta a atualidade, observa-se a indústria do entretenimento, como a televisão, o cinema e a internet, que organiza a oferta de lazer de acordo com as leis do mercado. Não é mais suficiente querer “desfrutar de um tempo livre”, é preciso ter o dinheiro necessário para conseguir consumir uma experiência de lazer de alta qualidade. A sociedade capitalista, ao priorizar o consumo, impõe uma lógica na qual o tempo livre é mediado por valores financeiros.

Segundo Lefebvre (1971), “o lazer se torna um tempo que deve ser otimizado e consumido de acordo com os padrões capitalistas, ou seja, o lazer é apenas mais uma esfera onde a mercadoria invade” (Lefebvre, *A Produção do Espaço*, p. 134). A mercantilização do lazer, portanto, transforma uma atividade potencialmente enriquecedora em mais uma etapa do processo de consumo capitalista. Essa comercialização do lazer contribui para a desigualdade de acesso a atividades de entretenimento e cultura, promovendo novamente a divisão entre as classes sociais. O desfrute do lazer, que antes poderia ser uma experiência pessoal e gratificante, torna-se agora mais uma transação de mercado, que limita sua verdadeira função de desenfado, distração e relaxamento.

O consumismo é amplamente incentivado em sociedades capitalistas, onde comprar produtos e serviços frequentemente se torna uma forma de lazer. O capitalismo, ao associar o consumo a uma busca por felicidade e realização pessoal, promove um ciclo no qual o trabalho é destinado a proporcionar bens materiais que, por sua vez, se tornam os principais meios de entretenimento e lazer. As campanhas publicitárias, amplificadas pelo marketing digital e pelas redes sociais, associam a felicidade ao ato de consumir.

Como Bauman (2007) afirma, “o consumo tornou-se o principal veículo de construção da identidade social e pessoal, e as pessoas não mais compram produtos, mas compram, acima de tudo, uma sensação de prazer e realização” (Bauman, *A Vida para Consumo*, p. 59). Em muitas culturas capitalistas, a aquisição de novos produtos, sejam bens materiais ou serviços, se torna uma atividade central de lazer. A sociedade incentiva um ciclo no qual as pessoas trabalham para comprar, compram para se divertir e se distraem do cansaço causado pelo próprio trabalho com novos produtos. O consumo social se reforça como um passatempo, criando um vórtice no qual tal consumo se entrelaça com o lazer.

Como mais uma vez coloca Zygmunt Bauman, "o lazer se transformou em consumismo e consumo se tornou o novo lazer" (Bauman, *Vidas Desperdiçadas*, p. 73). O consumismo se tornou, em grande parte, o principal vetor do lazer nas sociedades capitalistas, substituindo outras formas de relaxamento ou prazer mais autêntico. Essa transformação não só diminui a qualidade do tempo livre, mas também reflete a colonização de todos os aspectos da vida pelos interesses do mercado. O lazer, assim, torna-se não mais uma busca por experiências enriquecedoras, mas uma busca pela satisfação superficial proporcionada pela aquisição de bens materiais.

Por fim, o trabalho excessivo em sociedades capitalistas causa estresse e cansaço, afetando negativamente a capacidade das pessoas de desfrutar do tempo livre de maneira significativa. O cansaço físico e mental causado pelo trabalho excessivo tem um impacto profundo na qualidade do lazer. Estudos contemporâneos sobre saúde mental indicam que a sobrecarga de trabalho está diretamente relacionada a níveis elevados de estresse, o que interfere na capacidade de aproveitar o tempo livre de forma eficaz.

Como observou Sennett (1998), "o excesso de trabalho não só desgasta fisicamente o trabalhador, mas também destrói sua capacidade de se engajar plenamente em atividades não relacionadas ao trabalho" (Sennett, *A Corrosão do Caráter*, p. 89). A pressão constante por produtividade e o ritmo acelerado de trabalho reduzem a energia disponível para atividades recreativas. Além disso, o estresse não é apenas um fator psicológico, mas também fisiológico, e a falta de tempo para relaxamento real pode agravar problemas de saúde, como ansiedade e depressão.

"O estresse crônico causado pelo trabalho afeta negativamente o prazer do tempo livre, tornando-o muitas vezes um tempo de recuperação em vez de um tempo para o prazer" (Seligman, 2011, p. 142). O estresse, portanto, não é apenas um efeito do trabalho, mas também um obstáculo direto ao lazer. Desse modo, a busca por descanso se torna apenas uma necessidade de recuperação e não uma verdadeira oportunidade para o bem-estar. O estresse e o cansaço gerados pelo trabalho excessivo são fatores determinantes na incapacidade de muitas pessoas de aproveitar o tempo livre de forma plena, se transformando em um mecanismo de recuperação da exaustão, ao invés de uma oportunidade para experimentar o lazer de forma significativa.

5.2 PONDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO, TEMPO LIVRE E AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES DAS ESCALAS DE TRABALHO

A relação entre tempo livre e trabalho assalariado pode ser complexa e variar dependendo das circunstâncias individuais e sociais. Muitas pessoas que trabalham em empregos assalariados buscam encontrar um equilíbrio saudável entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo livre, algo fundamental para o bem-estar, pois o excesso de trabalho, como já reforçado, pode levar ao estresse e esgotamento. Para muitas pessoas, o trabalho assalariado é uma forma de obter recursos financeiros para desfrutar de seu tempo livre, sendo ele visto como uma recompensa pelas horas dedicadas ao trabalho. Como Marx (2017, p. 132) explica em sua crítica ao sistema capitalista:

O trabalho assalariado, em sua essência, não é apenas um meio de garantir a subsistência do trabalhador, mas também um meio de aliená-lo de sua verdadeira natureza. O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, se vê subordinado às exigências do capital, o que não só desgasta sua energia física e mental, mas também o priva de seu tempo, que poderia ser dedicado ao desenvolvimento pessoal ou ao lazer. Nesse sistema, o tempo livre, longe de ser uma conquista, acaba sendo apenas uma compensação por um trabalho alienante, algo que raramente permite ao trabalhador desfrutar plenamente da liberdade que o tempo livre poderia oferecer (Marx, 2017, p. 132).

O tipo de trabalho e o ambiente profissional podem afetar diretamente a quantidade e a qualidade do tempo livre, trabalhos com longas horas, alta pressão e deslocamentos podem deixar pouco tempo livre disponível. Em contrapartida, trabalhos assalariados com maior flexibilidade e autonomia muitas vezes permitem que as pessoas tenham mais controle sobre seu tempo livre, sendo uma vantagem na busca de um equilíbrio saudável. Uma quantidade excessiva de trabalho pode impactar negativamente a saúde mental e física, enquanto o tempo livre se faz benéfico para a recuperação e o bem-estar.

A necessidade de ganhar um salário muitas vezes influencia em quanto tempo as pessoas podem dedicar ao lazer e ao tempo livre, pois manter uma estabilidade financeira é um fator determinante para um indivíduo conseguir aumentar a capacidade de desfrutar desse tempo livre. A relação entre tempo livre e trabalho assalariado é influenciada por vários fatores, incluindo o equilíbrio, a autonomia, a qualidade do trabalho e a saúde, além das necessidades econômicas individuais.

Encontrar um equilíbrio que funcione para cada pessoa é essencial para o seu bem-estar.

As conquistas dos direitos trabalhistas têm sido fruto de longos processos de lutas e transformações sociais ao longo dos anos, elas buscam garantir condições de trabalho mais dignas e justas para os operários. A luta dos trabalhadores, muitas vezes marcada por greves e movimentos sociais, foi essencial para que avanços como a redução da jornada de trabalho, a criação de normas de segurança e a proibição do trabalho infantil, por exemplo, fossem conquistados, no entanto, mesmo com a conquista de tais direitos, mínimos, diga-se de passagem, ainda existem enormes limitações em diversos aspectos, que consigam garantir de fato uma qualidade de vida para os trabalhadores, devido à imposições do sistema capitalista, que ainda mantém desigualdades no acesso ao valor justo pelo trabalho realizado e ao tempo livre.

Os movimentos sindicais, principalmente nos séculos XIX e XX, foram fundamentais para a construção de uma legislação trabalhista, a formação de sindicatos fortaleceu bastante as reivindicações por melhores condições de trabalho, um marco importante foi a adoção de legislações que estabelecia a jornada de 8 horas de trabalho e regulamentavam o salário mínimo, as férias e as licenças remuneradas. No Brasil, um dos principais avanços nessa luta foi a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1º de maio de 1943, durante o governo do até então presidente Getúlio Vargas.

A CLT indicou uma série de direitos como a jornada de trabalho de 8 horas, descanso semanal remunerado, salário mínimo e regulamentação de férias e licenças. Além disso, introduziu normas de proteção à maternidade e regulamentação para o trabalho infantil, representando um avanço considerável no campo dos direitos trabalhistas no país. No entanto, essas leis, que foram essenciais no caminho para a tentativa de dar mais dignidade ao trabalhador, têm pedido por modificações ao longo do tempo. Essas revisões se fazem extremamente necessárias, visto que o mundo tem se transformado cada vez mais, e com isso, o trabalhador passa a entender que parte de seus direitos ainda são usurpados e que, embora a jornada de trabalho tenha sido consideravelmente reduzida, o tempo livre restante ainda não é suficiente para proporcionar descanso genuíno ao indivíduo.

Apesar dos avanços significativos que trazem a garantia de direitos trabalhistas, os trabalhadores não recebem o valor justo por sua força de trabalho,

sendo essa uma das críticas centrais ao capitalismo, que mantém uma estrutura onde o lucro é priorizado, e se faz indiferente à necessidade de bem-estar do trabalhador. Em sua teoria sobre a mais-valia, Karl Marx destacou como o sistema capitalista explora o trabalho, extraíndo dele mais valor do que o trabalhador recebe, com o objetivo de maximizar os lucros dos empregadores.

Mesmo com a jornada de 8 horas estipulada por leis como a CLT, não há garantia de tempo suficiente para o lazer ou o ócio, pois as pessoas muitas vezes são pressionadas a trabalhar horas extras ou a procurar fontes de renda adicionais, como um segundo emprego, pois o que recebem geralmente não é suficiente para proporcionar um estilo de vida confortável em um sistema que promove tantas desigualdades sociais. Isso tem efeitos diretos na qualidade de vida, no bem-estar mental e físico e no tempo dedicado aos familiares, ao lazer e até mesmo no tempo disponível para resolver pendências e necessidades do dia a dia, como ir ao supermercado, realizar consultas de rotina ou tentar conciliar o trabalho com os estudos, em muitos casos.

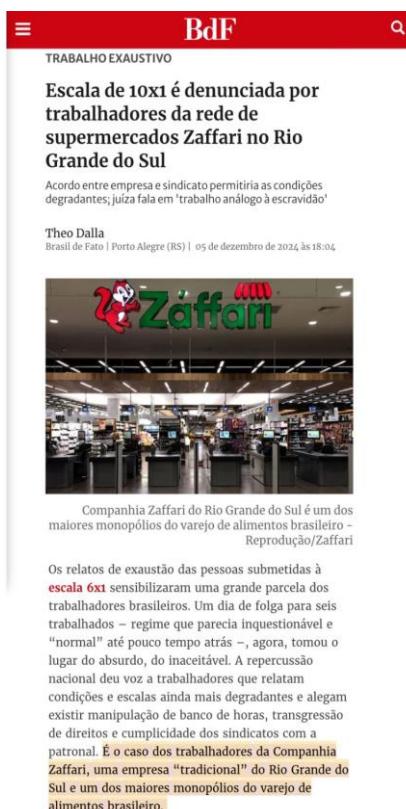


Figura 04: Print da matéria "Escala de 10x1 é denunciada por trabalhadores da rede de supermercados Zaffari no Rio Grande do Sul".

Fonte: Brasil de Fato, 2024.

Nos últimos anos, políticas neoliberais em diversos países têm enfraquecido a proteção trabalhista, com medidas como a flexibilização das leis de trabalho e a ampliação das condições de precarização do trabalho, como o aumento de empregos informais, terceirização e até mesmo trabalhos ainda análogos à escravidão. Esse movimento reflete um modelo que prioriza a maximização de lucros das empresas e o aumento da competitividade global, sem garantir que os trabalhadores tenham acesso a uma compensação justa e tempo para sua recuperação e lazer.

A escala 6x1, onde o trabalhador atua durante seis dias consecutivos e descansa apenas um, é considerada por muitos como uma jornada de trabalho completamente desgastante e prejudicial à saúde e ao bem-estar do trabalhador. Embora essa escala ainda seja comum em vários setores, especialmente em atividades como comércio, serviços e indústrias, ela impõe um alto custo pessoal para quem está inserido nela. Um dos principais problemas incluem, novamente, a falta de tempo adequado para descanso, um único dia de descanso semanal não é suficiente para que o trabalhador consiga se recuperar fisicamente e mentalmente, especialmente quando a jornada de trabalho é longa e desgastante.

A sobrecarga de trabalho nos outros seis dias de atividade comumente acarreta em exaustão acumulada, enormes picos de estresse, dificuldade de concentração, dentre outros malefícios. Trabalhar tantos dias consecutivos sem tempo suficiente para se recuperar faz o trabalhador ficar vulnerável a doenças relacionadas ao estresse, como a Síndrome de Burnout, que no Brasil têm crescido consideravelmente nos últimos anos. Segundo uma matéria publicada pelo Jornal da USP (2023):

De acordo com dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt), aproximadamente 30% dos trabalhadores brasileiros sofrem com a síndrome de burnout, uma doença ocupacional reconhecida e classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022. Atualmente, o Brasil é o segundo país com mais casos diagnosticados no mundo.

Otávio Pinto e Silva, professor do Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Faculdade de Direito da USP, explica como empresas e trabalhadores enfrentam essa situação, quais são os direitos desses profissionais e como as empresas podem realizar uma prevenção.

A síndrome de burnout envolve uma ideia de esgotamento mental do trabalhador, condição na qual o profissional tem dificuldade em realizar suas tarefas e chega muito próximo a um estado de depressão. De acordo com Silva, se as empresas não estiverem preparadas para lidar com essa situação, podem não entender o que o trabalhador está sentindo e colocá-lo em uma situação muito pior. Além disso, a situação é delicada para o próprio profissional, que fica com dificuldade de se relacionar com seus colegas, com seus chefes, e esse cenário pode repercutir até mesmo dentro da sua própria casa. (ANAMT, 2023)

Como nota-se, a ausência de descanso adequado diminui a capacidade de concentração e afeta a produtividade, criando um ciclo negativo de cansaço e baixa performance. A rotina de trabalho intensa deixa pouco tempo para atividades pessoais, afeta não apenas a vida social, mas também a saúde emocional do trabalhador, que pode sentir-se sobrecarregado e isolado. Para além disso, muitos trabalhadores, especialmente aqueles com filhos ou responsabilidades familiares, as longas horas de trabalho dificultam o tempo de qualidade com a família, pois acabam passando boa parte do seu tempo fora de casa, o que pode prejudicar a relação com os familiares e afetar o bem-estar emocional de todos a sua volta.

Algo que também pode ocorrer são as faltas no trabalho e o famoso “turnover”, que consiste em um aumento na rotatividade dos funcionários. Trabalhadores que não têm tempo suficiente para se recuperar tendem a se afastar mais frequentemente, seja por problemas de saúde ou pela insatisfação com a rotina de trabalho, implicando inclusive em maiores custos para as empresas, que frequentemente precisam recrutar e treinar novos funcionários.

Um setor que pode ser utilizado como exemplo é o do comércio, onde trabalhadores dessa área como os de shoppings e supermercados, enfrentam escalas onde trabalham seis dias seguidos, incluindo finais de semana e feriados, e têm apenas um dia de descanso. A pressão para atingir metas de vendas e a constante interação com o público são mentalmente desgastantes. Esse modelo é ainda mais prejudicial para trabalhadores que enfrentam jornadas longas, que podem durar até 10 ou 12 horas.

O impacto disso é a fadiga extrema, aumento da ansiedade e até mesmo quadros de depressão. Já em setores como telemarketing e *call centers*, que geralmente funcionam 24 horas por dia, 7 dias por semana, a rotina extenuante de atender telefonemas constantes e lidar com clientes insatisfeitos, muitas vezes em condições precárias de trabalho, leva ao desgaste físico e psicológico. O estresse crônico, a falta de motivação e os altos índices de rotatividade de pessoal são frequentes nesse tipo de trabalho.

Diversos outros setores podem ser inclusos nessa problemática, como o da saúde e indústria, por exemplo, que podem acarretar também em riscos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Além disso, o desgaste físico pode levar a problemas crônicos, como dores nas costas, nas articulações e cansaço extremo,

devido às necessidades de esforço físico. Em síntese, jornadas de trabalho muito longas impõe sérios danos à saúde e ao bem-estar do trabalhador, impactando diretamente sua qualidade de vida, produtividade e relações pessoais. Adotar modelos alternativos pode ser uma solução mais equilibrada e saudável, proporcionando maior bem-estar para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, aumentando a produtividade e a satisfação no ambiente de trabalho.

Se observa uma crescente nos últimos anos em relação a debates acerca da possibilidade de reduções nessa carga, propondo modelos mais equilibrados, como a escala 5x2 ou 4x3, que visam proporcionar mais qualidade de vida e bem-estar aos trabalhadores. Implementar escalas alternativas têm como objetivo não só equilibrar as demandas do trabalho com as necessidades de descanso e lazer dos funcionários (incluindo mais tempo livre para lazer, descanso e convivência familiar) mas também aumentar a produtividade, pois os trabalhadores conseguem voltar mais descansados ao trabalho, assim, com mais energia e foco. O tempo de descanso adequado pode reduzir também problemas como estresse, a Síndrome de Burnout e outras doenças relacionadas ao trabalho excessivo, além do mais, o equilíbrio entre trabalho e descanso contribui para a saúde mental dos trabalhadores, evitando a exaustão.

Modelos de escalas um pouco mais flexíveis proporcionam um equilíbrio mais saudável entre o trabalho e o tempo livre, permitindo ao trabalhador o planejamento de atividades de lazer e descanso. Vários países ao redor do mundo já experimentaram ou implementaram escalas de trabalho alternativas, com base em estudos de produtividade e bem-estar dos trabalhadores. Segundo o artigo publicado por Melo (2024) no site da Agência Senado:

Relatório parcial do 4 Day Week Brasil, produzido pela Reconnect at Work em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em abril, revelou os primeiros impactos positivos na saúde física e mental dos funcionários participantes. De acordo com a pesquisa, 82% se sentiram mais dispostos a realizar tarefas. Além disso, 64% disseram que a sensação de exaustão frequente por causa do trabalho diminuiu. Outros países já passaram pela experiência, com bons resultados. No Reino Unido, durante os meses de junho e dezembro do ano passado, a campanha 4 Day Week UK envolveu 61 empresas. No fim do estudo, foi revelado que 92% das empresas participantes decidiram manter a jornada de trabalho reduzida, com um dia a mais de folga na semana. Além de fazer sucesso entre patrões e funcionários, o teste mostrou que jornada mais curta não diminuiu a produtividade. A redução, porém, ainda sofre resistências e pode se mostrar mais complexa em determinados setores, como comércio e serviços, avalia o presidente da CUT-DF. Em geral, as empresas buscam o máximo de produtividade, muitas delas com apenas um dia de descanso para o trabalhador. — A semana de quatro dias está sendo testada em empresas em que o colaborador trabalha com produção intelectual, mais criativa. Aqueles empregos que ainda são

trabalhos braçais, mais manuais, ainda ficam em jornadas extenuantes — diz Rodrigo Rodrigues. (Melo, Luiza. 2024).

Como visto, nações como os Países Baixos (Holanda), Reino Unido, Nova Zelândia e Islândia, que têm uma cultura de busca por qualidade de vida — o que reflete diretamente na jornada de trabalho — fizeram testes de redução da jornada de trabalho e obtiveram resultados satisfatórios, bem como houveram resultados positivos nas empresas brasileiras a qual a experiência foi aplicada. O experimento de reduzir a jornada de trabalho nesses países tem mostrado que, apesar da redução de dias de trabalho, a produtividade pode aumentar, já que os trabalhadores chegam mais motivados e descansados. A busca por cargas de trabalho menos exaustivas tem ganhado força, especialmente em países que priorizam o bem-estar dos trabalhadores.

Já se evidencia que essas jornadas de trabalho mais curtas não apenas melhoram a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também podem aumentar a produtividade, o que desafia a visão tradicional de que mais horas de trabalho necessariamente levam a melhores resultados. A discussão sobre a redução da jornada de trabalho é central no debate sobre direitos trabalhistas, qualidade de vida e a busca por um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Países como os citados acima mostram que modelos de trabalho mais flexíveis podem sim ser bem-sucedidos, sendo uma alternativa para as empresas que buscam não só aumentar a produtividade, mas também garantir um ambiente de trabalho mais saudável e agradável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explorar a interação entre o capitalismo e os hábitos de lazer e tempo livre no cenário mundial atual é um tópico complexo e amplo. Considerando o capitalismo no cenário mundial atual e incluindo a globalização, pode-se afirmar que nas últimas décadas tem havido uma interconexão crescente de mercados, culturas e comunicações em escala mundial. Esse fenômeno tem sido impulsionado pelo capitalismo e teve profundos efeitos nos hábitos de lazer e tempo livre. A globalização trouxe uma diversidade de produtos de lazer e culturas de diferentes partes do mundo, que por um lado, enriqueceu a variedade de opções de lazer disponíveis, e por outro lado, trouxe a homogeneização cultural e a influência de gigantes globais na indústria do entretenimento, incluindo-se também o turismo, levando não só à perda de identidade cultural e padronização de preferências de lazer, mas também à sua comercialização, se tornando apenas mais um produto.

Observa-se então, que a busca incessante pelo sucesso material no capitalismo pode levar à alienação não só no trabalho, mas também se inclui o lazer. Tal alienação acontece devido ao sentimento de desconexão em relação ao produto de seu trabalho, acarretando em um desejo de compensação nos tempos de lazer, onde as pessoas se afastam de atividades significativas em busca de satisfação instantânea e consumo excessivo. O capitalismo frequentemente cria desigualdades na distribuição de recursos, afetando o acesso ao tempo livre e às atividades de lazer. A desigualdade pode resultar na inabilidade de algumas pessoas desfrutarem de oportunidades de lazer de alta qualidade, enquanto outras têm amplo acesso a essas atividades.

Já se tratando de ócio, sua percepção varia amplamente nas sociedades onde algumas pessoas podem vê-lo como uma oportunidade para relaxar e se desconectar das pressões do trabalho, enquanto outras podem sentir a necessidade de preencher seu tempo livre com atividades de consumo ou de competição, pois se sentem culpabilizadas ao tentar “aproveitar”, mesmo que minimamente os momentos de ociosidade. Explorar como a globalização, a alienação, a desigualdade e as percepções do ócio afetam as vidas das pessoas se faz essencial para compreender o papel do capitalismo nas sociedades contemporâneas. O estudo aprofundado desse tópico no presente trabalho busca oferecer clareza para a percepção na necessidade

de se melhorar o equilíbrio entre trabalho e lazer e promover uma melhor qualidade de vida.

É importante reconhecer que nem todas as sociedades capitalistas funcionam da mesma maneira, e as políticas governamentais e a cultura desempenham um papel importante na determinação dos níveis de trabalho excessivo e na influência do capitalismo em tais hábitos relacionados ao tempo livre. No entanto, a pesquisa confirma as hipóteses de que o sistema capitalista molda diretamente e em escala global, os hábitos de lazer e tempo livre, restringindo o tempo disponível para atividades significativas, promovendo o consumo como uma forma de lazer e incentivando o estresse e o cansaço devido à sobrecarga de trabalho.

O capitalismo não só organiza o tempo de trabalho, mas também transforma a forma como o tempo livre é vivido, limitando sua qualidade e promovendo um ciclo de consumo e trabalho que beneficia o sistema, mas empobrece as experiências pessoais. Portanto, é necessário repensar as normas de trabalho e promover uma cultura que valorize um estilo de vida mais equilibrado, e para isso, por fim, é interessante abordar brevemente algumas sugestões, que podem ajudar a permitir de fato a existência do equilíbrio entre tempo livre e trabalho, bem como a garantia de que ele seja respeitado por parte das empresas e autoridades governamentais.

São elas: dar continuidade nos estudos que visam entender os impactos da redução de escalas nas empresas, bem como de fato reduzir e flexibilizar tais escalas de trabalho em todo o mundo nos mais diversos setores, sem a redução de salários; revisão e atualização de leis trabalhistas, no caso do Brasil, atualização da CLT, visando a melhoria da qualidade de vida e ampliação dos direitos do cidadão, nas quais um deles é o direito ao descanso, assegurado pela Constituição Federal de 1988; fiscalização governamental em relação às empresas referente ao cumprimento das leis atuais e das futuras atualizações, bem como real suporte ao trabalhador em caso de descumprimento das mesmas por parte de seu empregador; Obrigatoriedade na prestação de auxílio por parte das empresas para o colaborador em caso de problemas relacionados ao trabalho excessivo.

Tais sugestões são feitas para um cenário amplo, empresarial e governamental, pois, há a compreensão, tida através desse estudo de que os capitalistas, donos dos meios de produção são os maiores responsáveis por influenciar tais hábitos, perpetuados por anos e anos de exploração contínua de seus

empregados, e também é de responsabilidade governamental assegurar o direito ao descanso, ajudando a proporcionar qualidade de vida aos cidadãos através da justiça e suas ferramentas.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT). **Síndrome de burnout acomete 30% dos trabalhadores brasileiros**. Jornal da USP no Ar. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=698413>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. Tradução de Anna Lúcia Gazzola. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1º ed. 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **A Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias**. Tradução de Flávio S. K. de Castro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1º ed. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas: A Modernidade e seus Descontentes**. Tradução de Flávio S. K. de Castro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1º ed. 2004.

BERTRAND, Russel. **Elogio ao Ócio**. Tradução de Pedro Jorgensen Júnior. São Paulo: Editora Sextante, 2002.

BLOCH, Marcos. **A Sociedade Feudal**. Tradução de Laurent de Saes. São Paulo: Edipro, 2016.

BRAMANTE, Antonio Carlos. **Lazer: Concepções e Significados**. Belo Horizonte: Licere, v.1, 1998.

BUNDE, Mateus. Mais Valia. **Todo Estudo**. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/historia/mais-valia>. Acesso em: 09 dez. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Paz e Terra, 6º ed. 2002.

CORAZZA, Gentil. **Estado e liberalismo em Adam Smith**. Porto Alegre: Ensaio FEE, vol.2, 1984.

DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de José M. L. de Lima. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. Lua Nova, 1991.

FARIA, José H; RAMOS, Cinthia L. **Tempo dedicado ao Trabalho e Tempo Livre: Os processos sócio-históricos de construção de tempo de trabalho.** São Paulo: Revista de administração Mackenzie, vol. 4, 2014.

FEDRICKSON, Barbara. **Positividade.** Tradução de Jorge Lima. Lisboa: Sinais de Fogo, 2010.

GODOY, João Miguel Teixeira. **O Mundo Fabril nas Concepções de Taylor, Fayol e Ford.** Florianópolis: Revista Esboços, v.17, 2010.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço.** Tradução de Maria Laura Silveira. São Paulo: Editora da UNESP, 1º ed. 2008.

LOMBARDI, Yara. **Obsolescência Programada: O Consumismo em Tempo Planejado.** WebJornal. Disponível em: <https://webjornalunesp.wordpress.com/2014/07/02/obsolescencia-programada-o-consumismo-em-tempo-planejado/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 8º ed. 2017.

MARCUSE, Hebert. **O Homem Unidimensional.** Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1964.

MARKO, Katia. **Escala de 10x1 é Denunciada por Trabalhadores da Rede de Supermercados Zaffari no Rio Grande do Sul.** Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/12/05/escala-de-10x1-e-denunciada-por-trabalhadores-da-rede-de-supermercados-zaffari-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 09 dez. 2024.

MARX, Carl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MELO, Luiza. **Senado analisa propostas de redução da jornada de trabalho.** Agência Senado, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/07/senado-analisa-propostas-de-reducao-da-jornada-de-trabalho#:~:text=No%20fim%20do%20estudo%2C%20foi,curta%20n%C3%A3o%20diminui%20a%20produtividade>. Acesso em: 28 dez. 2024.

MELO, Pedro Miguel Duarte. **Declínio e Queda do Império Romano.** Ciências Sociais e Humanas-Universidade do Açores, Ponta Delgada, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: Hucitec, 14º ed. 2005.

NUNES, Antonio Jose Avelãs. **Aventuras e desventuras do Estado Social.** Revista da Fundação Brasileira de Direito Econômico, vol. 3, 2011.

PIEPER, Josef. **Ócio: a base da cultura.** Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: É Realizações, 2014.

PINE, B.J; GILMORE, J. H. **Welcome to the Experience Economy.** Harvard Business Review, 1999.

RODRIGUES, Leônicio Martins Rodrigues. **Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização.** Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2009.

SELIGMAN, Martin. **Flourish: A Visionary New Understanding of Happiness and Well-being.** New York: Atria Books, 2011.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Tradução de Vera A. K. Freire. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo.** Tradução de Luiz Roberto de Mello. Rio de Janeiro: Record, 1°ed, 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 23°ed. 2016.

SILVA, Jani Alves da Silva. **Reflexões Sobre a História do Capitalismo.** Maringá: Revista Filosofia Capital vol. 2, 2007.

SILVA, João. **Lazer e qualidade de vida: A importância do tempo livre para o bem-estar.** São Paulo: Editora Exemplares, 3° ed. 2023.

SILVA, João. **Lazer e qualidade de vida: A importância do tempo livre para o bem-estar.** São Paulo: Editora Exemplares, 3° ed. 2023.

SOUZA, C. et al. **História: Ensino Fundamental II.** Rio de Janeiro: Cecierj, 2018.

SOUZA, Wanessa. **As Grandes Navegações e o Descobrimento do Brasil.** Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** Tradução de Sérgio Lessa. Rio de Janeiro: Editora Zahar ,1° ed. 2004.